

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**A INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DO
BUDISMO DE NICHIREN DAISHONIN**

BÁRBARA FERREIRA DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO
2019/2º Semestre

BÁRBARA FERREIRA DOS SANTOS

**A INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DO
BUDISMO DE NITIREN DAISHONIN**

Monografia de final de curso, elaborado no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Ana Paula Barbosa-Fohrmann.

RIO DE JANEIRO - RJ

2019/2º Semestre

CIP - Catalogação na Publicação

S237i Santos, Bárbara Ferreira dos
A INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DO
BUDISMO DE NITIREN DAISHONIN / Bárbara Ferreira dos
Santos. -- Rio de Janeiro, 2019.
69 f.

Orientadora: Ana Paula Barbosa-Fohrmann.
Coorientadora: Luana Adriano Araújo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Budismo . 2. Princípio da Indivisibilidade. 3.
Direitos Humanos. 4. Declaração Universal dos
Direitos Humanos. 5. Nichiren Daishonin. I. Barbosa
Fohrmann, Ana Paula, orient. II. Araújo, Luana
Adriano, coorient. III. Título.

BÁRBARA FERREIRA DOS SANTOS

**A INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DO
BUDISMO DE NITIREN DAISHONIN**

Monografia de final de curso, elaborado no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Ana Paula Barbosa-Fohrmann.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador -

Membro da Banca -

Membro da Banca -

RIO DE JANEIRO - RJ

2019/2º Semestre

“Dedico esse trabalho à Ângela (in memoriam),
com todo o meu amor e gratidão”.

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim de um sonho. Com imensa satisfação concluo não apenas o curso que escolhi para a vida, faço isso, na Instituição de Ensino que sempre almejei e nesta conquista há muito o que agradecer.

A oportunidade de ter conhecido o budismo nesta existência e de estar em constante aperfeiçoamento pessoal.

Agradeço a minha mãe Celia, heroína que me deu apoio, meu exemplo de força e persistência, quem não mediu esforços para que meu sonho fosse realizado, sempre sonhando comigo e que me proporcionou incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Não lhe agradeço somente à vida que me foi concebida, mas ao amor, atenção e cuidados que recebo diariamente.

Agradeço à Querubina, por todo amor e apoio a mim concedidos, pela amizade tão forte a ponto de, para mim, ser parte da minha família, agradeço também a Liege.

Agradeço a minha família, por todos os ensinamentos e carinho. Dinda, primo e avó.

Agradeço aos meus amigos de infância, não há nada melhor do que poder contar com a amizade de vocês.

Agradeço ao meu afilhado, Bernardo, por ser sua madrinha e me proporcionar a oportunidade conhecer um amor especial até então desconhecido por mim.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela oportunidade de fazer o curso e aos colegas de classe pela ajuda mútua durante esses 5 anos.

A minha orientadora Ana Paula Barbosa-Fohrmann, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a todos os professores, desde o ensino básico, por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação de caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre,

nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Agradeço aos colegas da E.M Quintino do Valle, meu primeiro emprego, pelas experiências vividas e por entenderem que, além de servidora, eu era universitária nos meus dias difíceis. Em especial a Sandra, Ana Lucia e Luciana, pela amizade construída a partir deste local.

É chegado ao fim um ciclo de muitas risadas, choro, felicidade e frustrações. Sendo assim, dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida.

(...) Cabe a nós construirmos um mundo sem guerras. Cada um deve se perguntar se é meramente uma tarefa impossível, ou se deve continuar a desafiar, mesmo em meio às maiores dificuldades – todo o destino do século XXI depende desta decisão."

(Daisaku Ikeda)

RESUMO

SANTOS, Bárbara Ferreira dos. A Indivisibilidade Dos Direitos Humanos À Luz Do Budismo De Nitiren Daishonin. 71 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente estudo tem por objetivo analisar o emprego comum do princípio da indivisibilidade e sua aplicabilidade nos direitos fundamentais assim como na doutrina budista. Nesse contexto, será realizada uma abordagem inicial da história do budismo e suas influências históricas. Em seguida, serão apresentados o conceito dos direitos humanos, bem como sua evolução histórica e dentro do ordenamento jurídico. Posteriormente, serão apontadas considerações sobre o Direito Internacional, em especial, a Carta da ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos e Declaração de Viena e suas influências no comportamento internacional. Também será analisada a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º que traz previsão de utilização do princípio. Por fim, serão apontados os pontos comuns entre o princípio da invisibilidade dos direitos humanos dentro do ordenamento jurídico e o propagado pelo budismo. Dos resultados desse trabalho se conclui que há muitos pontos em comum entre o direito e o budismo no que tange à preocupação social e preservação da dignidade humana sendo o budismo uma religião humanística além de uma filosofia. Nesse sentido, a importância do entendimento do princípio da indivisibilidade dos direitos humanos é fundamental para que se avance nesta perspectiva rumo ao bem-estar social e à paz mundial garantindo que os direitos fundamentais sejam alcançados a todos. A metodologia aplicada consistiu na análise da doutrina, leis e de artigos publicados recentemente.

Palavras-chave: Budismo; Princípio da Indivisibilidade; Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Nichiren Daishonin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. BUDISMO DE NICHIREN DAISHONIN	3
1.1. Resumo histórico	3
2.2 Características doutrinárias.....	9
2.4. Nichiren Daishonin.....	11
3. DIREITOS HUMANOS.....	13
3.1 Na Declaração universal dos direitos homens	22
3.2.1 Na Declaração de Viena	35
3.3. Na Constituição Federal de 1988.....	37
4. O DIÁLOGO ENTRE A FILOSOFIA BUDISTA E O PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS.....	41
CONCLUSÃO.....	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de despertar o interesse para questões cotidianas e suas projeções no Direito e na filosofia budista. O que está intrínseco no dia-a-dia, as causas e efeitos que sofremos a cada instante, bem como as necessidades básicas do indivíduo que devem ser supridas para que ele possa se enxergar como parte de uma sociedade.

Os Direitos Humanos vão além de uma ideia simples de subsistência e seus preceitos visam a uma vida que não apenas subsiste, mas que é digna na qual cada ser humano deve ter respeitada sua individualidade ao mesmo tempo em que é peça primordial no produto final que se dará daquela localidade. Não é possível tratar de uma célula sem que se cuide do organismo complexo e vice-versa. O documento correspondente presente na Carta da ONU contém em seus artigos conceitos comuns ao praticado pela filosofia budista, como será contraposto ao longo desta monografia.

Em relação ao processo de democratização brasileira, há uma interação com a legislação internacional que visa ampliar a atuação e desenvolvimento dos Direitos Humanos no país, introduzidos através da Constituição de 1988.

Embora seja uma religião, o Budismo de Nithiren Daishonin vai além e não se limita a práticas meramente religiosas, tendo como princípios básicos “a fé, a prática e o estudo”. Possui um discurso fundamentalmente humanista, visualizando os direitos humanos como ferramenta para a evolução pessoal e da sociedade, tratando cada pessoa como um ser único, em que a atitude de cada um é capaz de alterar o que ocorre ao seu redor.

O Budismo, com sua filosofia de não-violência, põe em prática as medidas consolidadas pela ordem internacional em seu dia-a-dia, fazendo com que seus adeptos, de maneira autônoma, trabalhem em prol do diálogo e da paz mundial. O fragmento “Oro pela paz mundial e felicidade de todas as pessoas” consta, inclusive, no sutra recitado diariamente, de manhã e à noite, pelos seus seguidores.

A propagação do budismo desmistifica a ideia de separação cultural entre o ocidente e o oriente demonstrando que suas especificidades podem ser respeitadas e devem ser garantidas,

uma vez que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes, mas que não impedem a ordem social de buscar um propósito maior que perpassa pela evolução individual e modifica não apenas o ser como o meio em que ele se encontra.

1. BUDISMO DE NICHIREN DAISHONIN

1.1. RESUMO HISTÓRICO

O Budismo é uma palavra que pode ser definida por religião e/ou filosofia. Algumas tradições oriundas da Ásia a definem da primeira forma devido a um passado de milhões de anos, em que ser devoto a essa doutrina era algo evidente. Questão essa que não impede a diversidade e fortuna cultural presente na essência budista, que tem sua origem atrelada às tradições da filosofia indiana, pois não há como delimitar ao certo onde começa ou termina as partes mitológicas, filosóficas e religiosa que por muitas vezes são obscuras, dificultando o discernimento a partir de um olhar do Ocidente que admitiria inúmeras lacunas ao recortar, metodologicamente e de maneira rígida, os fatos apresentados.¹

O vocábulo deriva de “budá” do sânscrito²¹, que se iluminou ou alguém que acordou, que despertou do sono da ignorância.²³ e tem por seu início o século V a.C.

Essa doutrina espiritual e filosófica foi primeiramente desenvolvida por Siddharta Gautama⁴³, um príncipe descendente dos Sakya. Tornou-se órfão materno logo após seu nascimento, sendo essa figura substituída por uma tia que o criou junto ao seu pai, sendo rodeado de zelo, riqueza e protecionismo com o objetivo de que não fosse acometido por nenhuma desventura.⁵

Nascido no que hoje corresponde ao território do Nepal e a Índia, durante sua infância o menino adquiriu aprendizados nas áreas científicas e artísticas, com notório saber matemático,

¹ ZIMMER, Heinrich. **Filosofias da Índia. Palas Athena**, São Paulo, 2005. *apud* WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

² Sânscrito: grupo de línguas e dialetos indo-árícos antigos do Norte da Índia, sendo o *védico* e o *sânscrito clássico* os mais conhecidos.

³ _____. **O Que é Budismo**. Brasil. Disponível em: <<http://www.cebb.org.br/o-que-e-o-budismo/>>, Acesso em: 04 jun 2019.

⁴ Siddharta – (aquele que atingiu o objetivo), Gautama – (Nome patronímico)

⁵ ARVON, Henri, **Le Bouddhisme**. PUF. coll. Que sais-je? – Quadrige/Grands Textes, Paris, 1951 *apud* BITTES JÚNIOR, Arthur. **Cuidar sob a perspectiva do budismo de Nitiren Daishonin e da ciência do ser humano unitário: uma história de revolução humana** (O). São Paulo. 2003. 182 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem.

além de apreciar mais de sessenta línguas. Por um desejo paterno, detinha a arte do arco e flecha e também as marciais. Sua vida era dedicada ao encorajamento dos amigos para que vivessem de acordo com o ensinado pelos princípios espirituais e morais.⁶

Casou-se logo após seu décimo sexto aniversário, quando já revelava alta capacidade e aptidões extraordinárias.

Ao completar vinte e nove anos de idade, aconteceu o nascimento do seu primogênito. Siddharta resolveu, então, deixar pra trás o palácio em que residia ao observar quatro diferentes situações acontecendo, uma em cada saída de seu palácio como demonstra Woortmann:

(...) respectivamente, de um idoso, representando a velhice; um doente, representando a vulnerabilidade do bem-estar físico e mental; um cadáver, representando a morte; e um asceta, representando a possibilidade de renúncia das três condições de sofrimento evidenciadas pelo velho, o doente e o asceta -, e que o levaram a buscar respostas sobre o mundo em que vivia.⁷

Segundo Gouveia, essas “visões servem como indicativos dos primeiros passos que foram traçados para que pudesse surgir aquilo que mais tarde foi denominado de budismo e a filosofia que dele se originou”⁸

Diante desta iluminação, Gautama não se conformou mais em viver daquela maneira e optou por compreender o que verdadeiramente causava cada sofrimento. Mais do que isso, conscientizou-se de que a vida que usufruía desde o seu nascimento não passava de uma ilusão e que a felicidade, que imaginou possuir, era transitória, pois sempre foi baseada na riqueza e no poder que detinha. Logo, Siddhartha compreendeu os quatro sofrimentos essenciais da vida, sejam eles nascer, envelhecer, adoecer e morrer.

⁶ SEVERINO, Roque Enrique. **Manual de Budismo**. 2ª Edição. São Paulo: E-book, 2011.

⁷ WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

⁸ GOUVEIA, Ana Paula Martins. **Introdução à filosofia Budista**. São Paulo: Paulus, 2016.

Diante dos quatro encontros, determinou ir em busca da superação do sofrimento através da espiritualidade. Em uma certa noite, encontrou uma maneira de sair do palácio em direção ao que almejava e ordenou ao seu mais leal cocheiro que selasse seu cavalo e partiu.⁹

Iniciando sua busca por essa compreensão, encontrou-se com brâmanes, introduzindo-se no bramanismo para que obtivesse as respostas que buscava, permanecendo nesta condição por seis anos de maneira rígida, abstendo-se de alimentação e água e destinando-se à meditação.¹⁰

Essas foram as três fases passadas por Siddharta. Na primeira fase, ouviu os dois dos mais admirados mestres hindus daquele momento e pôde absorver a sabedoria dessa cultura. Com esse mesmo povo aprendeu a meditar, *yoga* e a filosofia hinduísta, mas logo se instruiu o suficiente para não ter mais o que absorver ali.⁹

Sua segunda fase foi junto aos astecas e, de maneira áustera, tentou atingir a iluminação pensando ter, em seu próprio corpo, a limitação para chegar a tal estado. Foi quando reduziu de forma extrema sua alimentação, privou-se fisicamente de diversas formas, inclusive ficando ao relento. Como consequência de tais atos, desmaiou, sendo socorrido com comida, o que salvou sua vida.⁹

A árdua experiência permitiu ao rapaz que, mais tarde seria conhecido como Buda, o primeiro norte de sua doutrina: o princípio do caminho do meio sendo o conceito da racionalização da vida,⁹ que ocorreu sob uma figueira, árvore tipicamente indiana denominada Bodhi, cujos apelidos eram *Ficus religiosa* ou árvore da sabedoria, atingindo, então, a iluminação¹¹⁻¹².

⁹ SMITH, Huston; NOVAK, Philip. **Budismo: uma introdução concisa**. São Paulo: Cultrix, 2003. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

¹⁰ ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões**. Biblioteca do Pensamento Moderno. Martins Fontes. São Paulo, 2013. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

¹¹ exposta no Budismo de Nitiren Daishonin para atingir o estado de Buda nesta existência é o único meio para vencer a escuridão e a ilusão, que são a origem do mal do ser humano, e de cultivar a verdadeira independência, construir uma identidade sólida e adquirir um estado de vida de felicidade e paz de espírito ilimitadas. (Terceira Civilização, Edição Nº 460, Pág. 38, Dezembro De 2006.)

¹² CARVALHO, Sérgio de Souza. **Os Mestres da Terra**. Hemus, 1992. *apud* BITTES JÚNIOR, Arthur. **Cuidar sob a perspectiva do budismo de Nitiren Daishonin e da ciência do ser humano unitário: uma história de**

Daisaku Ideka¹³ explica o “caminho do meio”:

No sentido mais amplo, o caminho do meio refere-se à visão iluminada do Buda sobre a vida, assim como as ações ou atitudes que podem criar felicidade para si e para os outros; está baseado no esforço contínuo e dinâmico para aplicar a sabedoria budista nas questões e desafios da vida e da sociedade. Nesse sentido, a busca pelo caminho do meio pode ser considerada um objetivo universal para todas as tradições budistas: buscar um modo de vida que possa conceder maior valor à existência humana e ajudar a aliviar o mundo do sofrimento. É por essa razão que o próprio budismo é, por vezes, referido como o “caminho do meio”.

A própria existência de Shakyamuni elucida uma interpretação basilar do caminho do meio como o caminho entre duas extremidades, análoga à ideia de Aristóteles quando este último tratou sobre a “média dourada”, nesta ocasião mencionou: “toda virtude é uma média entre dois extremos, cada um dos quais é um vício”¹³.

Em tal ocasião, Siddharta Gautama já havia assumido para si alcunha de Shakyamuni, como ficou conhecido, nome que significa o sábio do clã Sakyas (Sakya – seu clã / muni – sábio).

Entendeu Sakyamuni, em sua iluminação, que os quatro sofrimentos básicos da vida seriam eximidos apenas quando se alcançasse o Estado de Buda. Transmitindo seus ensinamentos oralmente, ao longo de sua vida conquistou vários discípulos.

Sutra do Lótus¹⁴ é a designação dada à compilação desses diálogos entre mestre e discípulos feita por um discípulo em específico. Este Sutra abrange o verdadeiro teor do que Sakyamuni deixar como mensagem para a humanidade.

revolução humana (O). São Paulo. 2003. 182 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem.

¹³ **CAMINHO-DO-MEIO**. Brasil Seikyo, ed. 2.376, 17 jun. 2017, p. A3

¹⁴ O sutra foi denominado Sutra de Lótus porque o lótus simboliza a unidade de causa e efeito, especificamente a causa de aspiração pelo iluminamento (estado búdico) e o resultado de alcançá-lo, pois o lótus é a flor que floresce e gera sementes ao mesmo tempo. Também simboliza a pureza do estado búdico, florescendo em meio às vidas comuns do mesmo modo que a flor de lótus floresce na água lamacenta da lagoa. – Disponível em: <<https://www.nichiren.or.jp/portuguese/teachings/sutra/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Os ensinamentos budistas são chamados de Flor de Lótus, planta originalmente indiana que pode ser encontrada com diversas cores, bálsamos e contornos. À época do surgimento do budismo, tal flor era utilizada como medicamento para as doenças, assim como Buda assegurava o medicamento para combater os sofrimentos. Além de tal assimilação, a Flor de Lótus possui uma particularidade de conseguir, simultaneamente, produzir semente e flor, simbolizando uma importante lei do budismo chamada simultaneidade de causa e efeito.

Não há questões pré determinadas no budismo, inexitem padrões que necessariamente devam ser cumpridos por temor a um ser celestial, Eliade¹⁰ exemplifica:

(...)o Budismo é a única religião cujo fundador não se declara nem profeta de um Deus nem o seu enviado, e que, além disso, rejeita até a ideia de ser um Deus-Ser Supremo. Mais além, preclama-se “desperto” (buddha) e, por conseguinte, guia e mestre espiritual.

Usando as expressões “aquele que despertou” ou “que atingiu a iluminação”, Buda¹⁵ passou a ter as respostas para os quatro questionamentos que o fizeram deixar a vida no castelo: o significado do sofrimento, como ele surge, como é possível e o meio para que possa ser superado. Desta forma nascia a religião¹⁶.

Sakyamuni faleceu em torno do século III d.C., e seu budismo ensinago ganhou várias vertentes, cada qual com sua interpretação a partir dos ensinamentos dados, o que fez multiplicar os seguidores da prática.

Dentre essas linhas de prática, foram contituídos dois ramos distintos que se expandiram geograficamente. Os *hinayana*, encontrados no sul da Índia, eram aqueles que se mantinham agarrados à concepção do Buda original e não procuravam se expandir, detendo-se aos dogmas e diferenciando Buda das pessoas comuns.¹⁷

¹⁵Neste caso a palavra usada não significa apenas um estado de vida onde se atingiu a iluminação ou o real entendimento sobre a vida, mas também uma pessoa, o Buda Sakyamuni.

¹⁶ KÜNG, Hans. **Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns**. Campinas: Verus, 2004 *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

¹⁷ WEBER, Max. *The religion of India: the sociology of Hinduism and Buddhism*. Free Press, 1958. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

Já o segundo movimento, *mahayana*, surgiu como uma revolução búdica. Surgiu entre pessoas comuns (não sacerdotes) que estavam em busca de uma reforma na religião sem deixar de lado os ensinamentos basilares deixados por Sakyamuni. Não aceitavam a ideia de que havia diferença entre os leigos praticantes e o Buda como defendiam as primeiras escolas, tidas como individualizadas e autocomplacentes. Tinham como preceito a compaixão e o senso da responsabilidade social em relação às atitudes do *bodhisattva*¹⁸. Desde então, a sociedade em geral começou a ter maiores chances de contato com o que se entende por “iluminação” através das escrituras deixadas, dentre as quais se destaca o Sutra de Lótus.¹⁹

Após a morte de Sakyamuni, a história da propagação do budismo foi repartida em três períodos. Sendo eles: Primeiros²⁰, Médios²¹ e Últimos²² dias da Lei.

Essas classificações teoricamente reportam aos movimentos de mudanças sociais e religiosas do budismo, onde a verdade sobre a vida seria declarada no terceiro período. Política e socialmente, o budismo da época sofreu inúmeras transformações sendo reconhecido como religião daquele Estado e permanecia em prol deste, de seus interesses. Nesse contexto surge a figura de Nitiren Daishonin.

¹⁸ (sânsr. bodhisattva; jap. bosatsu) Ser que aspira ao estado de buda e realiza ações altruísticas visando atingir esse objetivo. A característica predominante dos bodhisattvas é a compaixão, visto que postergam a própria entrada no nirvana para conduzir os outros à iluminação.

¹⁹ SMART, Ninian; DENNY, Frederick. **Atlas de las religiones del mundo**. Barcelona: 2008. AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

²⁰ (jap. shōhō) Também chamado “período da Lei correta”. O primeiro dos três períodos subsequentes à morte do Buda, no qual existem tanto o ensinamento, como a prática e a prova, e as pessoas que praticam o budismo atingem a iluminação. Algumas fontes afirmam que os Primeiros Dias da Lei do buda Shakyamuni durou mil anos, enquanto outras declaram que tenham durado quinhentos anos.

²¹ (jap. zōbō) Também “período da Lei falsa”. Segundo dos três períodos posteriores à morte do Buda. Época em que o ensinamento do Buda torna-se gradativamente formal e a relação das pessoas com a doutrina enfraquece de tal forma que o número daqueles capazes de atingir a iluminação por meio dessa prática diminui cada vez mais. Algumas fontes estimam a duração dos Médios Dias da Lei de Shakyamuni em mil anos, ao passo que outras, em quinhentos anos.

²² (jap. mappō) Também “Últimos Dias”, “última era” ou “período da Lei Decadente”. O último dos três períodos após a morte do buda Shakyamuni, quando o budismo torna-se confuso e seus ensinamentos perdem o poder de conduzir as pessoas à iluminação. Acredita-se que a duração dos Últimos Dias da Lei de Shakyamuni seja de dez mil anos ou mais. No Japão, a maioria dos estudiosos consideram que esse período tenha iniciado em 1052.

2.2 CARACTERÍSTICAS DOUTRINÁRIAS

É preciso observar algumas das transformações sociais que ocorreram ao longo da história através da aplicação das doutrinas budistas, para que seja possível compreender as características dessa filosofia.

Os exércitos de Alexandre Magno em torno de 327 a.C. dominaram parte da Índia e ocasionaram o que mais tarde foi chamado de período helenístico²³ e movimentaram os religiosos budistas em prol de resolverem a situação conseguindo, inclusive, o apoio de alguns governantes. O budismo foi bastante influenciado pela cultura grega, podendo se observar tal feito nas estátuas artísticas espelhadas até os dias atuais na Índia.¹⁹

O budismo contou com vários adeptos de nobres, burgueses e da realeza desde quando foi constituído e foi considerado por um tempo, ao longo da Dinastia Maurya, a religião oficial do país indiano e graças ao apoio dado pelo rei Asoka, tornou-se uma religião internacionalmente conhecida e praticada¹⁷.

A Dinastia Maurya ocorrida entre os anos de 268 a.C e 232 a.C aconteceu sob o comando do Rei Asoka e expandiu-se de forma exorbitante ao sacrifício de muitas vidas. A mortalidade e o sofrimento, saldo final desta guerra, indignaram o Rei Asoka que, por conta deste fato, alterou sua personalidade e converteu-se ao budismo, jurando a si mesmo que seu trabalho seria em prol do bem-estar das pessoas, para que pudessem ser felizes e alcançassem o céu.¹⁷ Foi quando seu reinado sofreu transformações, passando a ter como foco princípios de paz, moralidade, respeito, justiça e prosperidade, atrelados aos cuidados com a natureza.

Ao decidir por adotar o *dharmā*²⁴, Asoka passa a ser uma das figuras de maior significado para o budismo. Várias características da religião podem ser observadas em seu modo de reinar,

²³ O **período helenístico** (do grego, "*viver como os gregos*") refere-se ao período da história da Grécia e de parte do Oriente Médio compreendido entre a morte de Alexandre o Grande em 323 a.C. e a anexação da península grega e ilhas por Roma em 146 a.C. Caracterizou-se pela difusão da civilização grega numa vasta área que se estendia do mar Mediterrâneo oriental à Ásia Central. De modo geral, o helenismo foi a concretização de um ideal de Alexandre: o de levar e difundir a cultura grega aos territórios que conquistava.

²⁴ sânsr. *dharmā*; jap. *hō*) Termo fundamental do budismo que abrange uma variedade de significados, entre os quais estão: lei, verdade, doutrina, ensinamento do Buda, virtude, boa conduta, religião, natureza, característica, elementos da existência e fenômenos.

com preocupações sociais e políticas ampliando a quantidade de centros budistas existentes à época e expandindo para outros países como China e Japão.²⁵

Ao colocar em prática o que havia aprendido sobre o *dharma*, o Asoka promulgou leis gravadas ao longo de pedras em vários idiomas no país indiano.¹⁹ Chamou-as de leis de piedade e consistiam em: obedecer aos pais e idosos; ter liberdade em relação a amigos, pessoas da família, brâmares e ascetas; respeitar à vida e, por fim, procurar impedir que o mau humor prevaleça e evitar excessos de qualquer modo.¹⁷

Das leis normas que editou é possível observar o destaque dado à tolerância, fundamento da proibição búdica à utilização de violência. O Rei Asoka relatou que observava seus súditos como meninos e meninas e não os viam como adultos instituindo pessoas de seu governo, com objetivo principal de fiscalizar.¹⁷

Dentre os feitos realizados em seu reinado, ainda disseminou o budismo pelo Siri Lanka e pelo território que hoje corresponde ao Afeganistão por terra e mar.¹⁹

Com o passar dos anos, o budismo se ramificou em diferentes escolas, observando períodos de expansão e declínio²⁶. Mesmo assim, perdurou sua prática no tempo e conseguiu sobreviver ao advento da colonização na Europa e os acontecimentos do século XX, de modos diferentes em cada lugar. Desta maneira, passou a obter seguidores também no lado ocidental do mundo.

O budismo possui como fundamento sua pacificidade, sendo uma doutrina de “não-violência”, como teria dito o próprio Sakyamuni: “não há maior felicidade do que a paz”²⁷. Além dessas características, pode-se citar os princípios do desapego e da impermanência,

²⁵ POTTER, Charles Francis. **História das religiões**. São Paulo: Universitária, 1944. 2004 *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

²⁶ BOISSELIER, Jean. *The wisdom of the Buddha*. New York: Harry N. Abrams, 1994. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

²⁷ SIVARAKSA, Sulak. **A socially engaged Buddhism**. Bangkok: Thai Inter-Religious Commission for Development, 1988. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

quando se entende que tudo está em constante transformação e não é necessário limitar-se nem a um país. Assim, o budismo migra do Oriente para o Ocidente.

Dentre as características do budismo nos dias atuais encontram-se a igualdade entre homens e mulheres, o uso da meditação no dia-a-dia e o engajamento político e social.⁹

Em relação à adaptação búdica as conjunturas sociais do local e do tempo onde se encontram pode-se observar a presença do fato social de Durkheim²⁸, para quem indivíduos têm a tendência a se aclimar aos fatores externos. Fato social, para Durkheim, é o costume externo ao indivíduo presente nas organizações e conduz coercitivamente o indivíduo, como quando este deve utilizar a língua materna de determinado país, sua moeda e alguns comportamentos sociais.

Concatenando o pensamento durkheimiano com os monges e mestres budistas oriundos do Oriente para o Ocidente, pode-se afirmar que, neste último, o budismo assume uma postura de engajamento social, visto não se tratar de uma tradição, não encontrando um cenário pronto e precisando se organizar para atuar.²⁹

2.4. NICHIREN DAISHONIN

Nichiren Daishonin nasceu no ano de 1222, em uma província que atualmente corresponde à cidade de Chiba, no Japão. Viveu ainda sob o sistema de castas, cuja sua era a mais baixa possível, no intuito de aprender a ler e escrever, o jovem de 12 anos começou a frequentar a escola Tentai onde se interessou pelo budismo. Diante da grande variedade de escolas budistas e de suas indagações pessoais sobre os fenômenos da vida e da morte, resolveu buscar uma verdade una, através da iluminação.

²⁸ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

²⁹ JONES, Ken H. **The social face of Buddhism: An approach to political and social activism**. London/Boston: Wisdom, 1992. *apud* AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

Após anos de peregrinação entre diferentes escolas, completou sua procura revelando que a verdadeira iluminação do buda Shakyamuni estaria contida no Sutra do Lótus, sendo os outros Sutras meras formas de alcançar o Sutra principal. Embora tenha sofrido retaliações de seguidores de outras escolas, Daishonin manteve-se no propósito de propagação de sua fé. Por ter alertado o alto escalão sobre más condutas praticadas, sofreu exílio por dois anos, lugar em que continuou a refutar as demais modalidades budistas. Ao retornar do exílio e continuar a ser ignorado por autoridades civis e militares, Nichiren muda-se para uma região mais isolada do país, onde envelhece e sai apenas perto de falecer, perto de completar 61 anos.

A fundamentação desta linha de ensinamento budista versa em torno do potencial inerente a todos os seres vivos de atingir a iluminação. Ponto central do budismo *mahayana*, uma das mais importantes ramificações budistas surgidas na Índia após o falecimento de Shakyamuni. Os adeptos a esse budismo não precisam de isolamento social em monastérios. De maneira oposta, praticam em meio à população com a finalidade de ajudar aos demais a também atingirem tal estado, caracterizando-os pelo altruísmo e pela compaixão.

Conforme os ensinamentos de Daishonin, o Universo sujeita-se a uma única Lei que, ao ser compreendida, é capaz de extrair o potencial relativo à vida repercutindo na perfeita harmonia entre a pessoa e o ambiente. Todos os acontecimentos estariam sujeitos ao princípio de causa e efeito, sendo assim, a condição pessoal de vida nada mais seria que o resultado de suas próprias ações oriundas não somente desta, como também de existências passadas. Desta forma é tratada na Coletânea dos Escritos de Nichiren Daishonin³⁰:

A iluminação não é um estado transcendental ou místico. É, acima de tudo, uma condição em que se desfruta a máxima sabedoria, vitalidade, boa sorte, convicção e outras virtudes. Nessa condição, surge a alegria nas atividades diárias e o entendimento do propósito da existência.

³⁰ SGI, Associação Brasil. **Os Escritos de Nichiren Daishonin** - Vol. 1. São Paulo. Brasil Seikyo, 2014.

3. DIREITOS HUMANOS

É possível afirmar o processo evolutivo de consolidação do que posteriormente foi solidificado como Direitos Humanos resultou de lutas por poder. Nesse sentido, Comparato³¹ afirma que: “Na verdade, a primeira reflexão do homem sobre si mesmo surgiu, concomitantemente, em várias civilizações, num período decisivo da História.” Para o autor, esse período foi denominado Axial ocorrendo entre os séculos VIII e II a.C e contou com a contribuição de cinco ilustres doutrinadores: Zaratustra, Buda, Confúcio, Pitágoras e Dêutero-Isaías. Respectivamente da Pérsia, Índia, China, Grécia e Israel. Como explicitado a seguir:

Em suma, é a partir do período axial que, pela primeira vez na História, o ser humano passa a ser considerado, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ela inerentes.³¹

O autor destaca o despertar dos seres humanos em relação a necessidade de ser criado um ambiente de igualdade, desta forma, não apenas importou a satisfação pessoal, mas a sociedade vista como um todo:

Foi durante o período axial da História, como se acaba de assinalar, que despontou a idéia de uma igualdade essencial entre todos os homens. Mas foram necessários vinte e cinco séculos para que a primeira organização internacional a englobar a quase-totalidade dos povos da Terra proclamasse, na abertura de uma Declaração Universal de Direitos Humanos, que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Ora, essa convicção de que todos os seres humanos têm direito a serem igualmente respeitados, pelo simples fato de sua humanidade, nasce vinculada a uma instituição social de capital importância: a lei escrita, como regra geral e uniforme, igualmente aplicável a todos os indivíduos que vivem numa sociedade organizada.³¹

³¹ COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

Os direitos humanos, na concepção aceita atualmente, possuem um significado recente, concebida na metade do século XX, resultante de alguns pensamentos da Filosofia e da própria evolução do ponto de vista jurídico dos conceitos de cidadania originados do direito romano e do *Common Law*³², solidificado após o término da Segunda Guerra Mundial que contou com os ataques cruéis do nazismo alemão no berço da cultura ocidental.

Comparato³¹ faz uma breve descrição do grau de desumanidade encontrado na época:

A criação do universo concentracionário, no século XX, veio demonstrar tragicamente a justeza da visão ética kantiana. Antes de serem instituições penais ou fábricas de cadáveres, o Gulag soviético e o Lager nazista foram gigantescas máquinas de despersonalização de seres humanos³⁹. Ao dar entrada num campo de concentração nazista, o prisioneiro não perdia apenas a liberdade e a comunicação com o mundo exterior. Não era, tão-só, despojado de todos os seus haveres: as roupas, os objetos pessoais, os cabelos, as próteses dentárias. Ele era, sobretudo, esvaziado do seu próprio ser, da sua personalidade, com a substituição altamente simbólica do nome por um número, freqüentemente gravado no corpo, como se fora a marca de propriedade de um gado. O prisioneiro já não se reconhecia como ser humano, dotado de razão e sentimentos: todas as suas energias concentravam-se na luta contra a fome, a dor e a exaustão. E, nesse esforço puramente animal, tudo era permitido: o furto da comida dos outros prisioneiros, a delação, a prostituição, a bajulação sórdida, o pisoteamento dos mais fracos. Analogamente, a transformação das pessoas em coisas realizou-se de modo menos espetacular, mas não menos trágico.³¹

Diante do que foi enfrentado durante o período da guerra, da capacidade humana de aniquilar em massa semelhantes, revelando a frieza no planejamento do massacre, começou-se a pensar na proteção individual e de grupos que pudessem ser considerados vulneráveis mediante Estados criminosos, que pudessem se omitir ou ignorar políticas de extermínio através de um sistema criado pelas Organizações das Nações Unidas com o condão de intervir em diferentes esferas contra Estados que fossem a favor de políticas de aniquilamento ou de discriminação, como as que puderam ser vistas na Alemanha nazista.³³ Os aspectos históricos serão melhor explicitados adiante.

³² **Common law** (do inglês "direito comum") é o direito que se desenvolveu em certos países por meio das decisões dos tribunais, e não mediante atos legislativos ou executivos. Constitui, portanto um sistema ou família do direito, diferente da família romano-germânica do direito, que enfatiza os atos legislativos.

³³ QUINTANA, Fernando. **La ONU y la Exegesis de los Derechos Humanos**. Sérgio Antonio FabrisEditor/UNIGRANRIO. Porto Alegre, 1999. apud WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il.

Sua estrutura não foi composta através de uma história linear, sequer foram formados por uma história vitoriosa desde o início ou fadada ao insucesso, foram a história de um combate.³⁴

Por se originarem de reivindicações morais, nascidas das necessidades sociais em meio a situações impensáveis para seres humanos, esses direitos nasceram aos poucos e não se exaurem. “Os direitos humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas.”³⁵ Não podem ser tidos como um dado, com exatidão, são construídos e reconstruídos de forma constante.³⁴ Nessa mesma perspectiva:

Não se insistirá nunca o bastante sobre o fato de que a ascensão dos direitos é fruto de lutas, que os direitos são conquistados, às vezes, com barricadas, em um processo histórico cheio de vicissitudes, por meio do qual as necessidades e as aspirações se articulam em reivindicações e em estandartes de luta antes de serem reconhecidos como direitos³⁶.

Segundo o site oficial das Nações Unidas³⁷, “Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.” Nesta definição estão incluídos os direitos à vida, à liberdade, às liberdades de opinião, expressão, o direito ao trabalho e à educação e muitos outros. Cada um, sem exceção é direito do ser humano, sem que haja discriminação.

Em sua definição, podem ser correspondidos aos Direitos inerentes aos que possuem a condição de humanos. São garantidos na forma da Lei, em legislação específica, que tem por objetivo proteger as pessoas contra possíveis ataques às suas liberdades fundamentais e sua dignidade humana.

³⁴ LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. *apud* PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

³⁵ BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

³⁶ SACHS, Ignacy. Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Direitos humanos no século XXI**. Brasília: IPRI, 1998. *apud* PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

³⁷ NAÇÕES UNIDAS. **O que são os direitos humanos?. Brasil, BRA**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>, Acesso em: 20 jun. 2019.

Pode-se encontrar parte da legislação escrita sobre Direitos Humanos nos Tratados de ordem internacional do direito, retirado dos costumes e princípios presentes na sociedade e em outros gêneros do Direito. Mesmo assim, as leis existentes não irão, de forma alguma, definir *stricto sensu* o que são esses Direitos, pois eles não se extinguem, não se limitam a determinadas categorias pré-estabelecidas. Os Estados são obrigados a seguirem determinado comportamento e a não se envolverem em certas atividades, embora a legislação não estabeleça os Direitos Humanos, pois estes são aplicáveis a todos simplesmente pelo fato de se tratar de seres humanos.

Há a impossibilidade da legislação em estabelecer e esgotar o tema sobre o que são direitos humanos, pois estes advêm de princípios morais e são agregados por eles, como por exemplo, princípio o da dignidade humana. Os princípios que compõem a definição dos direitos humanos têm seus fundamentos baseados no discurso moral, que pode ser definido da seguinte maneira:

[...] constitui uma técnica para convergir certas condutas e determinadas atitudes [...] com base na coincidência de crenças em razões morais; essa convergência de ações e atitudes, que se pretende obter mediante a coincidência de crenças que a discussão moral tende a lograr, satisfaz, evidentemente, as funções de reduzir os conflitos e facilitar a cooperação.³⁸

Desta forma, são moralmente determinados. Segundo a concepção de Nino, o discurso moral possui como estrutura basilar determinados ingredientes: autonomia, consenso, imparcialidade, verdade e democracia, assim, desta forma, desempenham seu papel por meio de princípios de conduta por serem públicos, gerais, supervenientes e universais.

Os tratados e outras formas de legitimação desses direitos são formas de tutela formal dos direitos individuais que possuem como aspectos basilares: o respeito pela dignidade e a valoração singular de cada um, a universalidade (são aplicados indiscriminadamente), a inalienabilidade (não se pode dispor de nenhum deles, podem, no máximo, serem restringidos

³⁸ PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Princípios Morais e Direitos Humanos na Obra de Carlos Santiago Nino**. In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). **Legitimação dos Direitos Humanos**. Renovar: Rio de Janeiro 2002, p. 315–349. *apud* BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. **Fundamentação Alternativa Dos Princípios De Direitos Humanos, Da Constituição E Dos Tratados Internacionais**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 237-250, julho/dezembro de 2012.

em situações específicas, como alguém que for julgado culpado em sentença transitada em julgado e será encarcerado por isso durante determinado período) e a indivisibilidade (são inter-relacionados e interdependentes, pois não se pode escolher respeitar a um e não a outro, o desrespeito a um direito afeta o respeito aos demais). Desta forma, é possível inferir a necessidade de respeitar de maneira igualitária o valor e a dignidade individuais.³⁷

O panorama histórico se inicia com a valoração da cidadania frente aos valores de liberdade e igualdade, implicação jurídica que esteve sempre em contraposição. Ao final do século XVIII, manifestações liberais ocorreram através das Declarações: americana de 1776 e francesa de 1789, que defendiam a posição de que o Estado moderno precisaria de um contrato social para positivar o Direito onde os direitos humanos estariam limitados aos direitos à segurança, liberdade e propriedade, que se uniam ao direito de resistência a opressões. Observa-se uma preferência pelos valores liberais, predominando direitos políticos e civis, sem a preocupação de incluir direitos sociais, econômicos ou culturais que necessitasse da intervenção estatal.⁴⁰

Sequencialmente, na história, é perceptível com o fim da Primeira Guerra Mundial que, juntamente à visão liberal de cidadania, é revigorado o modelo social com intervenções dos ideais de Marx e Lênin, resultando na elaboração da Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado da antiga União Soviética no ano de 1918. A igualdade surge em detrimento da liberdade como valor essencial para que pudesse ser eximida a exploração econômica.

A atuação estatal passa a ter como ponto principal a transformação desses processos, com direito a se abster de determinados assuntos em prol da necessidade maior de focar na atuação da prestação dos direitos sociais.

As legislações propostas durante a época referida até o início do século XX, como as Constituições de Weimar e a Mexicana, seguiram a ideia de cidadania no que tange ao pensamento social, que possui a igualdade como direito fundamental que predisponha os direitos que envolviam a economia e a cultura, que também eram elencados. Dos fatos

⁴⁰ PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

apresentados é possível depreender a dicotomia vivenciada pelo direito à época entre os direitos políticos e civis versus os econômicos, culturais e sociais.⁴⁰

Diante deste contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) surge com percepções até então não vistas, contendo uma linguagem peculiar dos direitos ao combinar os discursos liberais com os sociais. A afirmação contemporânea dos Direitos Humanos pode ser encontrada nos direitos civis e políticos listados dos artigos 3º ao 21 da supracitada Declaração e nos sociais, culturais e econômicos presentes nos artigos 22 a 28. Com essa estrutura consegue alinhar a importância de cada direito, sem deixar de demonstrar a interdependência e o quão relacionados entre si estão essas categorias, visando a integralidade dos direitos humanos.

Como mencionado anteriormente, esses ideais são decorrentes da necessidade de universalização dos direitos humanos como resposta aos acontecimentos cruéis ocorridos após a Segunda Guerra Mundial oriundos do regime nazista, neste, o titular do direito era o que se entendia ser uma “raça pura”, para que se pudesse gozar da proteção estatal era necessário ser ariano.

Os acontecimentos do século XX, que incluem duas guerras mundiais e contam com atrocidades usadas como projeção de desenvolvimento nos campos da política e da indústria, caracterizaram uma quebra do significado dos direitos humanos ao negar o valor da pessoa humana e sua valoração como fonte do direito.

Como dito anteriormente, se a Segunda Guerra Mundial foi marcada por um claro rompimento com os direitos humanos, o Pós-Guerra retrata sua ressignificação.³⁶

Buergenthal⁴¹ salienta:

O moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte destas violações poderia ser prevenida se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse.⁴¹

⁴¹ BUERGENTHAL, Thomas; SHELTON, Dinah; STEWART, David P. **International human rights**: in a nutshell. 4.th ed. St. Paul (Minnesota): West, 2009. *apud* PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

Desta forma, os direitos humanos tornam-se o foco dos esforços da comunidade internacional para sua reconstrução com a intenção de torná-los a representação ética a ser seguida pelo mundo. A noção de que a proteção aos direitos humanos não se deve limitar à dominação estatal ganha espaço, revelando-se como o real interesse internacional.

Essas premissas predizem o término do período no qual a maneira com que o Estado lidava com seus nacionais era vista como um problema jurisdicional interno, em função de sua soberania.⁴² Hurrell ressalta:

O aumento significativo das ambições normativas da sociedade internacional é particularmente visível no campo dos direitos humanos e da democracia, com base na ideia de que as relações entre governantes e governados, Estados e cidadãos, passam a ser suscetíveis de legítima preocupação da comunidade internacional; de que os maus-tratos a cidadãos e a inexistência de regimes democráticos devem demandar ação internacional; e que a legitimidade internacional de um Estado passa crescentemente a depender do modo pelo qual as sociedades domésticas são politicamente ordenadas.⁴²

Diante desta situação, a Declaração de 1948 renova a ótica dos direitos humanos ao conceber a contemporaneidade desses direitos que possuiu como principal atributo a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. O primeiro se deve pela necessidade de expansão mundial tendo como titularidade desses direitos a pessoa humana, devendo esta enxergar sua unicidade de existência e dignidade inerentes à condição humana. Isto deve ocorrer pela dignidade incondicionada inerente à condição humana, independentemente de qualquer outra coisa além de ser humano. Essa valoração da dignidade humana serviu como inspiração para a Declaração Universal de 1948 que norteou eticamente os outros instrumentos internacionais que também visavam a proteção aos direitos humanos.⁴⁰

⁴² HURRELL, Andrew. Power, principles and prudence: protecting human rights in a deeply divided world. In: DUNNE, Tim; WHEELER, Nicholas J. (ed.). **Human rights in global politics**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999. *apud* PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

A Declaração não apenas ratifica a universalidade dos Direitos Humanos, bem como abarca a ideia da universalidade dos direitos humanos sob a ótica integral de direitos. Assim como é preciso garantir os direitos civis e políticos, estes são requisitos para que se exerçam os direitos sociais, culturais e econômicos, reciprocamente. No desrespeitar de um, o mesmo ocorre com os demais. Logo, os direitos humanos são: indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, capazes de acolher todo o rol de direitos inerentes aos seres humanos.

Após a Declaração de 1948, o Direito Internacional dos Direitos Humanos desenvolve-se, passando a contar com diversos instrumentos internacionais de proteção. Esse sistema cria o maior patrimônio deixado pelo o que se chamou de “Era dos Direitos”, que permite até os dias atuais a internacionalização dos direitos humanos frente ao Direito Internacional Contemporâneo.⁴¹ Sobre essa perspectiva, aponta Henkin: “O Direito Internacional pode ser classificado como o Direito anterior à Segunda Guerra Mundial e o Direito posterior a ela. Em 1945, a vitória dos aliados introduziu uma nova ordem com importantes transformações no Direito Internacional.”⁴³

Essa metodologia é incluída pelos tratados de proteção que priorizam a consciência ética contemporânea distribuída entre os Estados cada vez que recorrem ao consenso externo sobre o tema dos direitos humanos, buscando manterem-se minimamente dentro das medidas protetivas, do que seria o “mínimo ético irreduzível”.

Essas três premissas fundamentais dos direitos humanos foram extraídas de sua construção que advém de vários países, proeminente da categórica razão kantiana⁴⁴, positivados a posteriori pela Declaração de Viena de 1993.

Paralelamente às normas em âmbito mundial, foram criados sistemas locais de proteção com o intuito de internacionalizar os direitos humanos em suas regiões. Continentes como

⁴³ HENKIN, Louis et al. **International law: cases and materials**. 3.th ed. Minnesota: West, 1993. *apud* PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

⁴⁴ BARRETTO, Vicente. **Universalismo, Multiculturalismo e Direitos Humanos, in Pinheiro, Paulo Sérgio & Guimarães, Samuel Pinheiro, Direitos Humanos no Século XXI**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. Artigo apresentado durante o Seminário Direitos Humanos no Século XXI. Rio de Janeiro, 1998. *apud* WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il.

Europa, América e África adotaram tiveram essa iniciativa mais uma proposta existente oriunda da Ásia. Desta forma, é consolidado o sistema universal da Organização das Nações Unidas (ONU) integrando elementos de cada continente.

Vale ressaltar que as formas regionais e global convergem para o mesmo ideal de forma complementar. É válida a existência de diferentes níveis de atuação e mecanismos de proteção aos direitos humanos ao mesmo tempo com o intuito de ampliação e fortalecimento dos referidos direitos sendo aplicada ao caso concreto, a norma que melhor beneficiar seu tutelado. Esse princípio que prioriza a pessoa faz com que os sistemas trabalhem de forma complementar, proporcionando a máxima efetividade que se possa tutelar, além de promover os direitos fundamentais. Estas são peculiaridades dos direitos humanos em âmbito global, que se fundaram levando em consideração, acima de tudo, o valor da dignidade humana.

A Declaração de Viena de 1993 ratifica a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos ao trazer, em seu parágrafo 5.º, a seguinte normativa: “Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.”. Desta maneira, resgata o retratado na Declaração de 1948 enquanto ainda perdurava o “pós-Guerra”. A Declaração assinada no ano de 1993 inclui, além dos importantes conceitos dos direitos humanos, valores democráticos e de desenvolvimento.⁴⁰

Em relação a universalidade dos direitos humanos, Virgílio Afonso⁴⁵ contrapõe essa afirmação:

O grande problema dessa estratégia justificadora reside no fato, inegável, de que a ideia de direitos naturais e, portanto, de direitos universais, é uma concepção ocidental. Diante disso, não são poucos os autores que recusam tal universalismo por encará-los como uma imposição e uma dominação ocidentais. Esses são os autores, que, em geral, recorrem ao chamado *relativismo* no plano dos direitos humanos na ordem internacional. Não sem uma certa dose de ironia, Tugendhat afirma que, se direitos humanos fossem, de fato, universais, não haveria a necessidade de controle de fronteiras ou a exigência de vistos para a entrada em determinados países, já que a liberdade de locomoção, como um direito humano universal, deveria ser respeitada também entre fronteiras.

⁴⁵ SILVA, Virgílio Afonso da. **A evolução dos direitos fundamentais**. *Revista Latinoamericana de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, n. 6, p. 541-558, jul./dez. 2005.

Piovesan⁴⁰ admite ser um desafio consolidar os direitos humanos em apenas uma categoria:

Na crítica dos relativistas, os universalistas invocam a visão hegemônica da cultura eurocêntrica ocidental, na prática de um canibalismo cultural. Já para os universalistas, os relativistas, em nome da cultura, buscam acobertar graves violações a direitos humanos. Ademais, complementam, as culturas não são homogêneas, nem tampouco compõem uma unidade coerente; mas, são complexas, variáveis, múltiplas, fluídas e não estáticas. São criações humanas e não destino (DONNELLY, 2003, p. 86). Para o autor, “um dos elementos que nos fazem humanos é a capacidade de criar e transformar a cultura.” (idem, p. 123).

A discussão supera a universalidade dos direitos humanos, ser garantido a todos não deve impedir as particularidades de cada nação e seu próprio controle, por serem também indivisíveis é preciso a garantia do bom funcionamento e do bem-estar de cada população, o controle fronteiriço, como apontado por Virgílio, por exemplo, não deve ser usado como instrumento para mitigar esses direitos. A indivisibilidade provém de um direito estar inter-relacionado ao outro de forma mútua. Garantir a ordem estatal em detrimento da ordem mundial. Um direito é complementar ao outro e não deixa de existir para que o outro seja aplicado.

3.1 NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HOMENS

É importante salientar que as circunstâncias históricas e sociais interferem diretamente no desenvolvimento e na importância dada aos direitos humanos e aos direitos fundamentais. O pensamento jusnaturalista baseou-se na conjectura dos direitos universais como eternos e isso influenciou os direitos humanos. O movimento iluminista propôs um olhar crítico sobre o que acontecia no momento e revolucionou, trazendo para o campo do Direito uma responsabilidade de defender o Estado. A Revolução Francesa, ocorrida entre os anos de 1789 e 1799, impulsionou os ideais edificadas para que fossem, enfim, aplicados. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 positivou as ideias oriundas da Revolução, fazendo com que fossem observadas e preservadas.⁴⁶

⁴⁶ PASOLD, C. L.; GONÇALVES, S. K.. **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

Do Constitucionalismo Moderno, visto de forma liberal e como perspectiva dos Estados Constitucionais e o que deles se insurge, pode-se destacar: a anuência dos direitos da personalidade e da dignidade individual, a titularização do povo como legitimado do poder político (base da democracia), a restrição do poder autoritário estatal, a organização do Estado e, por fim, a supremacia constitucional.⁴⁷

Como retrataram Pieroth e Schlink⁴⁸ “O direito é direito conformado pela história e não se pode compreender sem a sua história”. Desta forma, o movimento constitucionalista mencionado exigiu um novo parâmetro dotado de habilidade para sustentar a coexistência social⁴⁹ de realidade impermanente⁵⁰, modificando, inclusive, a organização do Estado. Nesse contexto Cordeiro⁵¹ ressalta:

A referência, ainda que breve, à origem e ao desenvolvimento histórico dos direitos fundamentais se constitui em etapa prévia e essencial de qualquer pesquisa na área. Com efeito, as razões pelas quais os direitos fundamentais foram instituídos e a forma como a sociedade foi evoluindo ao longo do tempo são fatores que têm de ser levados em consideração, sobretudo em face das profundas transformações havidas nas relações sociais desde a instauração do Estado Constitucional. Essas questões, descontextualizadas dos paradigmas de cada época, não conseguem atribuir uma fundamentação razoável ao reconhecimento da jusfundamentalidade dos direitos [...] e do seu caráter de direito subjetivo de cunho individual e coletivo [...].⁵¹

A essência do Direito de Hugo Grócio é a razão que constituiu seu humanismo racionalista, baseado no direito natural dotado de valores de dignidade e liberdade.⁵² Em outros

⁴⁷ TEIXEIRA, J.H.M. 1991. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Forense Universitária, 785 p.

⁴⁸ PIEROTH, B.; SCHLINK, B. 2012. **Direitos Fundamentais**. São Paulo, Saraiva, 576 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁴⁹ MONTEIRO, W. de B. 2001. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 38ª ed., São Paulo, Saraiva, vol. 1, 339 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁵⁰ REALE, M. 2004. **Lições preliminares de Direito**. 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 426 p.

⁵¹ CORDEIRO, K. da S. 2012. **Direitos Fundamentais Sociais: dignidade da pessoa humana e Mínimo Existencial: o papel do Poder Judiciário**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 216 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁵² GROTIUS, H. 2004. **O Direito da Guerra e da Paz**. Ijuí, Editora Unijuí, 1476 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos**

termos, a ideologia do direito natural manifesta-se com o objetivo da emancipação humana, onde o homem surge como dono de si e consciente de sua autonomia diante do mundo. Deus não revelaria mais a verdade, que seria, agora, derivada de sua racionalidade inerente ao homem e a sua característica como ser independente e capaz de descobrir a verdade de tudo por meio da razão⁵³.

Sobre esse aspecto, expõem Wolkmer e Leite⁵⁴:

As teses de que os homens possuem direitos naturais que antecedem qualquer sociedade política se fortaleceram no século XVIII com a Declaração de Virgínia (1776) e com a Declaração Francesa de 1789. Tais direitos, que se afirmam como direitos dos indivíduos considerados ‘inalienáveis e sagrados’, materializam reivindicações concretas acerca de valores históricos, sobretudo referentes à liberdade e à dignidade humana. O processo de reconhecimento e afirmação de direitos do homem chamados de ‘fundamentais’ constituiu uma verdadeira conquista da sociedade moderna ocidental. Esse processo do nascimento de direitos novos referentes ao homem, ainda que favorecido pelos ideais da cultura liberal-burguesa e pela doutrina do jusnaturalismo, deve-se em grande parte, como assinala Norberto Bobbio, à conexão com as transformações da sociedade.⁵⁴

A Revolução Francesa foi o acontecimento histórico emergido com o propósito de romper com o tradicionalismo enraizado há tempos no homem, transpondo o pensamento de que os homens não nasciam de forma igualitária, que havia uns piores e outros melhores para a ótica de que todos são iguais desde sempre e não há hierarquia entre as pessoas.

Desta forma, expõe Bobbio³⁵ que,

[...] enquanto os indivíduos eram considerados como sendo originariamente membros de um grupo social natural, como a família (que era um grupo organizado hierarquicamente), não nasciam nem livres, já que eram submetidos à autoridade

Direitos Humanos e Fundamentais. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁵³ BITTAR, E.C.B.; ALMEIDA, G.A. de. 2005. **Curso de Filosofia do Direito.** 4ª ed., São Paulo, Atlas, 550 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais.** RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁵⁴ WOLKMER, A.C.; LEITE, J.R.M. 2003. *Os “Novos” Direitos no Brasil.* São Paulo, Saraiva, 392 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais.** RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

paterna, nem iguais, já que a relação entre pai e filho é a relação de um superior com um inferior. Somente formulando a hipótese de um estado originário sem sociedade nem Estado, no qual os homens vivem sem outras leis além das leis naturais, (que não são impostas por uma autoridade externa, mas obedecidas em consciência), é que se pode sustentar o corajoso princípio contra-intuitivo [sic] e claramente anti-histórico de que os homens nascem livres e iguais, como se lê nas palavras que abrem solenemente a declaração: ‘Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos’.

Segundo Bobbio⁵⁵, essa conclusão ocorre mais de cento e cinquenta anos depois, no artigo primeiro da Declaração dos Direitos. Logo, a igualdade é resultado de uma conclusão racional, não oriunda de situações ou elementos históricos, e isso permitiu mudar a forma de poder até então praticada. Assim, as premissas da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) implementaram a consolidação dos Direitos Fundamentais, modificando o núcleo do movimento constitucionalista daquele período⁵⁵.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 possui importância ímpar no surgimento dos Direitos Fundamentais, de seu teor nascem os direitos conquistados pelos movimentos revolucionários que prezaram prioritariamente por garantir a liberdade e, assim, contribuíram para extinguir o feudalismo dando lugar à democracia. A mencionada Declaração trouxe como responsabilidade para o Estado a primazia do bem comum e a igualdade entre os homens; proibiu condutas danosas à sociedade; delegou a soberania à nação; instituiu os princípios da legalidade, liberdade de expressão e credo; determinou a lei como a vontade de todos; precisou a liberdade de comunicação e elevou o direito à propriedade à classe de direito básico e, portanto, garantido a todas as pessoas.

Comparato⁶⁰ menciona a força conquistada pela revolucionária Declaração:

A Declaração de 1789 foi, aliás, em si mesma o primeiro elemento constitucional do novo regime político. Pelo fato de ter sido publicada sem a sanção do rei, houve quem a interpretasse, de início, como simples declaração de princípios, sem força normativa. Mas em pouco tempo a assembleia aceitou as ideias expostas por Sieyès em sua obra famosa e reconheceu que a competência decisória por ela exercida emanava diretamente da nação, como poder constituinte, e que o rei não passava de poder constituído, cuja subsistência como tal, de resto, dependia ainda de uma aprovação explícita da assembleia, no texto constitucional a ser votado.⁶⁰

⁵⁵ BONAVIDES, P. 2004. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 7ª ed., São Paulo, Malheiros, 258 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

Com os princípios elencados e a demonstração do direito internacional em colocá-los em prática, um marco histórico se rompe dando lugar as ideias de interdependência dos direitos, indivisibilidade e universalidade mencionadas, deixando de lado o poder autoritário até então costumeiro.

É possível observar o movimento de 1789 como um exemplo proeminente para o Constitucionalismo liberal, influenciando tudo o que ocorreu a partir daquele momento, até a Primeira Guerra Mundial. Nesse cenário, Ferreira Filho⁵⁶ retrata: “[...] a La Fayette haver dado ênfase, desde 1783, à ideia de estabelecer uma declaração francesa dos Direitos Fundamentais. Às vésperas da revolução era generalizada na França a reivindicação de que fossem solenemente reconhecidos esses direitos”.

Mesmo os direitos que já eram praticados na sociedade foram ratificados na Declaração de 1789, como por exemplo, às liberdades de locomoção e expressão, direito de propriedade e legalidade, estado de inocência, controle das verbas públicas e a possibilidade de exigir prestações de conta por parte dos agentes públicos, além da escolha de seus representantes.⁵⁶

O modelo adotado pelos americanos e franceses, em suas respectivas Declarações, é oriundo do jusnaturalismo, cujas premissas sobre direitos humanos foram fundamentadas, principalmente, nos princípios da igualdade entre todos os seres humanos. Mesmo assim, uma generalização entre todos os indivíduos não consegue abarcar a todos, pois não há uma igualdade exata entre os titulares desses direitos.⁵⁷

Ambas as declarações se assemelham pelas condições nas quais foram criadas, em forma e conteúdo. É nítida a influência da Declaração americana na Declaração francesa, sendo essa

⁵⁶ FERREIRA FILHO, M.G. 2012. *Direitos Humanos Fundamentais*. 14ª ed., São Paulo, Saraiva, 199 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁵⁷ PECES-BARBA, G. 1995. **Curso de Derechos Fundamentales**. Madrid, Universidad Carlos III, 720 p. *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

última mais concisa e enérgica em relação à liberdade diante da lei, porém com uma estrutura inspirada no contrato social.⁵⁸

Desta forma, surgiram as ideias modernas sobre Direitos Humanos com suas acepções intimamente atreladas aos direitos de legalidade e liberdade, necessários à época. Todavia, o exacerbado acesso à liberdade quase irrestrita mais o afastamento estatal, criaram um ambiente fértil ao desenvolvimento da situação em que se encontravam as bases econômicas e sociais e resultaram na Revolução Industrial e na ascensão do Capitalismo, condicionando assim, o curso histórico acerca do modelo jurídico-estatal.

Os contextos histórico e social já mencionados são extremamente importantes para o advento dos direitos fundamentais e dos direitos humanos. A contribuição do jusnaturalismo aconteceu através de sua base fundada nos direitos universais e permanentes que influenciou na consolidação dos direitos humanos. O pensamento iluminista fixou um olhar crítico por cima daquela situação e sobre seu ideal de revolução ao priorizar os direitos como posto de defesa estatal.⁵⁹ Integralmente, as ideias até aquele momento incorporadas puderam ser aplicadas de alguma forma e universalizadas.

A Declaração de 1789, ao positivar os ideais que fundamentaram a Revolução Francesa, assegurou sua conservação e cumprimento. O capitalismo e sua íntima relação com o panorama histórico cuja Revolução Francesa se desenvolveu e, por esta aspirar por novos movimentos na área do direito, viabilizou o surgimento dos direitos humanos de segunda geração, fase criadora do intervencionismo do Estado como necessidade de efetivação do Direito em face da igualdade substancial.⁴⁶

O mundo, contando principalmente os países signatários do Estado Constitucional, já se observava como defensor dos direitos humanos e, em decorrência desse fato, também foi

⁵⁸ JELLINEK, G. 1927. **Die Erklärung der Menschen- und Bürgerrechte**. 4ª ed., München und Leipzig. Dunker & Humblot, 85 p. . *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

⁵⁹ CANOTILHO, J.J.G. 2003. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ed., Coimbra, Almedina, 1522 p. . *apud* PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

possível o avanço nessa área que abrangeu todos os aspectos da vida em sociedade, como já mencionado.

3.2 NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HUMANOS

Não foi preciso meio século para que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pudesse ser encarada como o documento de maior relevância para o século XX como modelo de aceções de direitos humanos a ser encarado pelo mundo. A DUDH extraiu dos acontecimentos históricos o necessário para garantir às futuras gerações um propósito adequado de dignidade e paz. Para que se possa compreender o contexto histórico-social da mencionada Declaração e como atingiu tal importância no que tange a evolução dos direitos humanos e sua relevância perante as nações, é necessário retornar ao ano de 1945 quando, em 26 de junho do referido ano, foi assinada a Carta das Nações Unidas.

O conceito de igualdade social não advém dos primórdios da raça humana, foi a partir dos acontecimentos históricos que os homens se tornaram seres humanos e puderam se colocar no lugar de cidadãos, ressaltando que tal transformação não ocorreu de forma uniforme. Mesmo assim, passaram-se vinte e cinco séculos até que fosse declarada em uma DUDH que não há distinção entre os homens, possuindo estes, direitos iguais, dignidade e liberdade.⁶⁰

A Carta da ONU é o tratado que constituiu as Nações Unidas. Entre os anos de 1941 e 1945, diversos países já haviam sofrido com a guerra e alguns, por meio de Declarações, ratificavam sua fé na paz e planejavam o futuro pós-guerra. Diante da situação em que o mundo se encontrava, perceberam o alto poder de destruição que a humanidade seria capaz de produzir, mesmo que por motivos como, por exemplo, pessoas de raça ou religião diversa da considerada como “certa”. As nações aliadas demonstravam seu interesse em vencer e, em seguida, constituir um mundo baseado na paz e na segurança internacionais.⁶¹

⁶⁰ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁶¹ ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1989. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/>>. Acesso em 18/6/2019.

Flávia Piovesan⁶² demonstra a mudança de cenário percebida no período pós-guerra, onde a luta pela consolidação dos direitos humanos era, indiscutivelmente, a busca pela dignidade humana:

Muitos dos direitos que hoje constam do ‘Direito Internacional dos Direitos Humanos’ emergiram apenas em 1945, quando, com as implicações do holocausto e de outras violações de direitos humanos cometidas pelo Nazismo, as nações do mundo decidiram que a promoção de direitos humanos e liberdades fundamentais deveriam ser um dos principais propósitos da Organização das Nações Unidas.⁶²

A Carta das Nações Unidas foi constituída por cinquenta países que se fizeram representar na Conferência sobre Organização Internacional em São Francisco, Estados Unidos entre os dias 25 de abril de 1945 a 26 de junho de 1945. No último dia da Conferência, os cinquenta países presentes assinaram a Carta, que também foi assinada posteriormente pela Polônia. Apesar disso, as Nações Unidas passaram a existir de forma oficial apenas em outubro de 1945, quando China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética e outros signatários ratificaram a Carta.

O preâmbulo da Carta da ONU demonstra sua intenção:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.⁶¹

A menção feita pela parte inicial da Carta foi seguida por diferentes documentos no mundo todo. Também é possível mencionar o Artigo 68 da Carta, que foi incluído para administrar efetivamente a proteção aos direitos humanos, neste foi criada a Comissão dos Direitos do Homem. Desta forma, a Comissão é um dos poucos exemplos a serem citados de

⁶² PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

órgãos que retiram sua autoridade diretamente da Carta da ONU. O artigo que culminou na criação da Comissão foi incluído após imposição de mais de quarenta organizações não-governamentais dos EUA que visavam a um modo mais operativo para a Carta para os direitos humanos e para as liberdades fundamentais.

A Carta delimitou juridicamente o poder que era exercido, proporcionou estabilidade em âmbito internacional, segundo Lafer⁶³:

A Carta de São Francisco tem como objetivo civilizar o anárquico estado de natureza da guerra de todos contra todos, que o realismo da visão maquiavélico-hobbesiana identifica como sendo a característica definidora da vida internacional. É por conta desta anarquia que, no sistema internacional, a guerra é o termo forte, pois a paz é usualmente definida como ausência de guerra.

O furor do mundo em busca da paz é exprimido na Carta das Nações Unidas. Como exposto em seu supracitado preâmbulo, pretendeu assegurar às gerações que ainda estivessem por vir, não apenas o ideal de um mundo pacificado, mas também produzir técnicas jurídicas que pudessem ser aplicadas no mundo prático, delimitando a prática do poder dos Estados-soberanos que desencadearam violências e guerras.³⁴

Outra análise a ser feita é a de como a Carta efetivamente contribui para minimizar os atos de violência em torno do mundo e o quanto este processo influi na afirmação dos direitos humanos. Ao menos se pode garantir que a existência do documento da ONU instiga a confluência da ética e da política no horizonte internacional, mesmo a Organização sendo, como o próprio nome menciona, uma organização e não um governo, mas atuando como um terceiro na relação interestatal.

A mentalidade modifica-se como escrito por Bobbio³⁵:

(...) passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente do ângulo do soberano, e sim daquele do cidadão, em

⁶³ LAFER, C. A ONU e os direitos humanos . **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 169-185, 1 dez. 1995.

correspondência com a afirmação da teoria individualista da sociedade em contraposição à concepção organicista tradicional.

O sucesso do ideal pelos direitos humanos frente aos Estados, ou seja, do desejo por alcançarem esse objetivo, é dado de forma progressiva em um amadurecimento de pensamentos éticos centralizados nos ideais de dignidade humana e universalidade do ser humano acima de qualquer particularidade dos grupos afetados.³⁴

Sendo nomeada para presidir um específico grupo, em abril de 1946, a viúva do presidente dos EUA Roosevelt, senhora Eleanor Roosevelt, junto aos demais membros da Comissão dos Direitos do Homem criada por força do artigo 68 da Carta da ONU, como já mencionada, verifica a necessidade de se apresentar da maneira mais rápida possível, uma lei que abrangesse internacionalmente a questão dos direitos humanos.

Ao término do mesmo ano, a nova Comissão, antes composta por 9 membros, passa a contar com 18 integrantes e, além da presidência da senhora Roosevelt, incluiu o chinês PCChang, os franceses Jacques Maritain e René Cassin e o libanês Charles Malik. Em janeiro de 1947 aconteceu a primeira reunião da Comissão e foram analisadas várias questões delicadas ao cenário mundial. Logo, concluíram a necessidade de desenvolver primeiramente uma Declaração.⁶⁴

Com o cenário pós-guerra e a estratégia da ONU para dar ênfase aos direitos humanos, tendo como base a Carta Internacional, composta pela Declaração Universal obtida na Convenção, restava estabelecer, de fato, medidas de implementação.³⁴ O que se pode extrair de mais relevante da Declaração foi a decisão por incluir em seu teor direitos civis e políticos, além dos econômicos e sociais.⁶⁴

O intuito da Comissão era emitir um documento breve, porém que inspirasse e energizasse pessoas comuns, para que estas pudessem facilmente compreender e manusear o que ali estivesse designado, servindo de passe para o restante das leis internacionais sobre os

⁶⁴ BAYLEY, Peter. **The creation of the Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: <http://www.universalrights.net/main/creation.htm>>. Site: Humans Rights Network. History. Creation of the Declaration. Acesso em: 18 jun 2019.

direitos humanos evitando, assim, grandes problemas complicados para serem solucionados quando surgisse o tratado vinculativo que delimitaria o papel estatal na aplicação dos direitos em seu território e se a maneira de aplicar os direitos políticos e civis necessitaria ser diferente da aplicação nos direitos sociais e econômicos.⁶⁴

A votação ocorrida em 1948 para a concepção da Declaração ocorreu de forma pacífica e sem maiores dificuldades, tendo como resultado 48 votos favoráveis e 8 abstenções. A Declaração Universal, por não ser obrigatória, significou um novo viés a ser levado em consideração. Posicionou-se de maneira a repudiar os regimes adeptos ao totalitarismo.³⁴

Embora o núcleo do texto tenha sido facilmente aprovado durante a Convenção (que possui caráter vinculante internacionalmente), os governantes ali representados observaram a necessidade da elaboração não apenas de um documento, mas de dois. A preparação dos enunciados deram origem a dois Pactos, o primeiro versou sobre direitos civis e políticos e incluiu o Protocolo Opcional, que tornou possível o direito de petição individual, e o segundo sobre os direitos sociais, econômicos e culturais, que postergaram no tempo e foram efetivamente incorporados à Assembleia Geral da ONU em 1966. Dentre as dificuldades que marcaram esse momento social-histórico, contou-se com divergências ideológicas entre o ocidente e o bloco socialista e as prospecções e alusões do Terceiro Mundo, que incluíram no embate uma proporção Norte-Sul além da já esperada Leste-Oeste.³⁴

Observa-se em ambos os Pactos uma significativa demora para entrarem em vigor, embora em 1966 já houvessem sido colocados à disposição das ratificações, esse número foi alcançado apenas no ano de 1976. O resultado deriva da relutância dos Estados em serem submetidos internamente à supervisão internacional no que se refere aos assuntos sobre direitos humanos, embora esta não se desse de maneira incisiva pelos tratados através de seus órgãos de monitoramento.

Ao aderirem aos Pactos, duas obrigações são impostas aos Estados. Em relação aos direitos civis e políticos, possuem o dever de serem essencialmente abstencionistas e no tocante aos direitos sociais, econômicos e culturais, devem adotar medidas em prol da efetiva execução desses direitos. É possível denominar o primeiro e o segundo casos como deveres de resultado e comportamento, respectivamente.

Desta forma, foi consumado o projeto da Carta Internacional dos Direitos Humanos, composta pela Declaração de 1948 e pelos dois Pactos. As ações não se limitaram aos documentos mencionados e várias outras Convenções contribuíram para a formação de normas estruturadas e sempre atuais sobre os direitos humanos pelas Nações Unidas. É possível citar as Convenções: sobre a Preservação e a Punição do Crime de Genocídio, Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, sobre os Direitos da Criança, entre outras.³⁴

Ao nomear a Declaração como Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Comissão se imbuíu de padronizar o direito para todas as pessoas em qualquer lugar que se encontrassem, para a maioria ou para a minoria, não importando raça, sexo ou posição política. O artigo primeiro trata explicitamente dessa questão que foi introduzida apenas após muitas contestações sobre a necessidade de se declarar o óbvio ou se o texto deveria fazer parte do preâmbulo. Diz o artigo 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”⁶⁴

O intuito da inclusão deste artigo foi afirmar, declaradamente, que o fundamento de todos os direitos humanos deve perpassar pela racionalidade humana, obrigando-as a lidar de maneira justa com seus semelhantes. O artigo sétimo da Declaração corrobora essa questão: “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.”

Os artigos 3º e 27 podem ser considerados a essência da Declaração, reforçam o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Art. 3º) e a um nível de vida considerado condizente (Art. 27), adequado. Os primeiros elencados ilustram os direitos civis e políticos enquanto o outro, os direitos econômicos e sociais. Um padrão de vida considerado adequado como direito da pessoa demonstra que não apenas a saúde e o bem-estar do indivíduo importam, é necessário o direito à moradia, alimentos, cuidados médicos e seguridade social, este último também apontado no Art. 22⁶⁴.

Dos 30 artigos que compõem a DUDH, 17 poderiam ser destacados como alusivos aos direitos civis e políticos e 8 aos direitos econômicos e sociais. Os artigos 28 e 29 não incidem sobre os que possuem força legal obrigatória em nenhum dos dois Pactos, porém, não menos importantes. O primeiro chama atenção das entidades internacionais para o direito inerente a pessoa de encontrar, na ordem internacional, uma forma capaz de efetivar seus direitos e liberdades elencados na Declaração⁶⁴). O Art. 29 limita a atuação estatal à promoção da ordem pública, apenas com o intuito de manter o bem-estar da democracia e destaca os compromissos que o indivíduo, por sua vez, detém perante sua comunidade.

O último artigo assegura que nenhuma instituição, Estado ou mesmo outros indivíduos pratiquem atos direcionados para a retirada da liberdade ou dos direitos presentes na Declaração de quaisquer que sejam as pessoas. Em suma, o que se pode trazer de falta na DUDH está no que se refere à proteção ao meio ambiente, ao menos de maneira declarada, uma vez que pode ser abarcado pelos direitos à vida e a um modelo adequado de vida⁶⁴

Com importâncias equivalentes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada praticamente como uma continuação da Carta das Nações Unidas. Ainda que a Carta mencione pouco a questão dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, essa lacuna é preenchida pela DUDH e por esse motivo resultou em sua extensão sendo comumente citada nas resoluções da Assembleia Geral da ONU e em outras situações como Declarações e Conferências.

Bilder elucida o tema dos Direito Internacional dos Direitos Humanos da seguinte maneira:

(...) o movimento do Direito Internacional dos direitos humanos é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar se um Estado não cumprir suas obrigações. O Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste em um sistema de normas internacionais, procedimentos e instituições desenvolvidas para implementar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos em todos os países, no âmbito mundial. (...) Embora a idéia de que os seres humanos têm direitos e liberdades fundamentais que lhe são inerentes tenha há muito tempo surgido no pensamento humano, a concepção de que os direitos humanos são objetos próprios de uma regulação internacional, por sua vez, é bastante recente. (...) Muitos dos direitos que hoje constam do Direito Internacional dos Direitos Humanos surgiram apenas em 1945, quando, com as implicações do holocausto e de outras violações de direitos

humanos cometidas pelo Nazismo, as nações do mundo decidiram que a promoção de direitos humanos e liberdades fundamentais deve ser um dos principais propósitos da Organização das Nações Unidas.⁶⁵

No mesmo modo, defende Piovesan:

Seja por fixar a idéia de que os direitos humanos são universais, inerentes à condição de pessoa e não relativos às peculiaridades sociais e culturais de determinada sociedade, seja por incluir em seu elenco não só direitos civis e políticos, mas também direitos sociais, econômicos e culturais, a Declaração de 1948 demarca a concepção contemporânea dos direitos humanos.⁴⁰

Por fim, boa parte do que foi elencado na Declaração Universal dos Direitos Humanos já foi incorporado pelo direito consuetudinário internacional, entre a ação dos advogados (o que também influencia para a consolidação do costume como fonte do direito internacional), a votação em resoluções na ONU, entre outros exemplos, reafirma esta incorporação.⁶⁴

3.2.1 Na Declaração de Viena

Mediante ao novo modelo adotado pela comunidade internacional, é realizado no mês de junho do ano de 1993 em Viena, a Segunda Conferência Mundial sobre Direitos Humanos sucedendo a Rio 92 ao tratar de temas mundiais com base no que previam as Nações Unidas. A Conferência de Viena estreou um novo direito frente ao trazido pela Carta da ONU sendo isso possível, com o término da Guerra-Fria.

Dentre os pontos debatidos na 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos estão a aceitação da universalidade dos direitos humanos, da legitimidade existente no plano internacional em assegurar tais direitos e avanços no plano cultural, no reconhecimento de sua pluralidade que abrange diversas peculiaridades das nações e suas regiões arraigados ao longo do tempo por questões religiosas e históricas. Deve-se frisar que, embora tenham sido

⁶⁵ BILDER, Richard B. An overview of international human rights law. In: Hannum, Hurst (Editor). **Guide to International Human Rights Practice**. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992. p. 3-5. *apud* PIOVESAN, Flávia. **A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos**. In: temas de Direitos Humanos. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

reconhecidas as particularidades culturais, o documento abrange os direitos humanos de maneira universal.³⁴

Nesta perspectiva, destaca-se a Declaração de Viena por conceituar os direitos humanos como indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados acabando com a menor ideia que fosse sobre haver uma hierarquia para selecionar a aplicação dos direitos humanos com base na geografia Norte/Sul e Leste/Oeste.

Conjuntamente foi reafirmado nesta 2ª Conferência o direito ao desenvolvimento com o enfoque no homem como o próprio sujeito desta questão. É ressalvado também que as situações sociais e econômicas precárias não poderão ser usadas como desculpas na transgressão dos direitos humanos bem como a vinculação do trinômio democracia, direitos humanos e desenvolvimento mundial reafirmando o discurso pela paz ³⁴

Embora não tenha se reconhecido o direito de ingerência⁶⁶, volta-se a ratificar o direito à autodeterminação observada a conduta de não se utilizarem deste preceito para a desintegração e repartição de Estados livres.

A Conferência de Viena foi realizada com a presença de 171 representantes de Estados, de observadores que figuraram na forma de 813 organizações não-governamentais e de mais de duas mil ONGs em um Fórum que aconteceu paralelamente à Conferência. A amplitude do evento proporcionou legitimidade jamais encontrada até o momento em relação aos conceitos que pode definir na área dos direitos humanos e devido aos parâmetros fixados para encaminhar o desenvolvimento do sistema internacional criado para seu zelo e divulgação. Situações que foram encaradas mesmo com os embates vividos no âmbito internacional à época com novos conflitos envolvendo etnias e aumento da desigualdade social pela má distribuição de renda.

O maior legado da Convenção de Viena está em sua produção de novos critérios e rumos para a área dos direitos humanos, contribuindo para a construção de um sistema internacional que englobe os campos da ética e da política para que não sejam mais sistemas

⁶⁶ O direito de ingerência é o direito reconhecido ou legítimo que uma ou mais nações têm de intervir em outro Estado, no quadro de um mandato de consenso emitido pela ONU. O dever de ingerência é a obrigação que cada Estado tem de fornecer assistência a pedido de uma organização internacional.

diferentes e sim interdependentes, aproximando-se ao ideal kantiano com uma razão que envolva toda a humanidade, ou seja, a Declaração de Viena.

Neste sentido, afirma Piovesan:

Como estabeleceu a Resolução n. 32/130 da Assembléia Geral das Nações Unidas: "todos os direitos humanos, qualquer que seja o tipo a que pertencem, se inter-relacionam necessariamente entre si, e são indivisíveis e interdependentes"j1. Esta concepção foi reiterada na Declaração de Viena de 1993, quando afirma, em seu parágrafo 5º, que os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.⁴⁰

3.3. NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 surgiu em mediante o término do período do regime militar ditatorial que perdurou por mais de vinte anos no país. A mudança ocorreu paulatinamente dando espaço ao poder civil.

Essa transição culminou na promulgação da Carta Magna de 1988 atendendo aos novos anseios da sociedade e necessidade de transformação política. Define-se, então, a ordem democrática no Brasil possibilitando que outros ramos se desenvolvessem como, por exemplo, os direitos humanos que passaram a ter seu papel de destaque.

Piovesan ressalta que o Brasil começou a despertar o que já estava acontecendo em âmbito internacional no que tange aos direitos humanos apenas em 1985, a partir do início do processo de democratização do país, quando começaram as ratificações de importantes tratados internacionais de direitos humanos, a autora explicita: “Adota-se aqui a concepção contemporânea de direitos humanos, pela qual eles são concebidos como unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores da igualdade e liberdade se conjugam e se completam.”⁶²

Com a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 1989, foi iniciado com o processo de ratificação dos Tratados Internacionais

pelo direito nacional o que culminou na incorporação de vários outros documentos consideráveis no plano nacional através da Constituição Federal de 1988.**Erro! Indicador não definido.**

O fato de priorizar os direitos humanos como princípio norteador das relações com os outros países de forma originária fez com que a Constituição de 1988 ajudaram na incorporação dos tratados internacionais sobre o assunto.

A posição do Brasil frente aos princípios dos direitos humanos não garantiu apenas inovações nos instrumentos de defesa desses direitos, como salienta Piovesan**Erro! Indicador não definido.:**

Além das inovações constitucionais, como importante fator para a ratificação desses tratados internacionais, acrescente-se a necessidade do Estado brasileiro de reorganizar sua agenda internacional, de modo mais condizente com as transformações internas decorrentes do processo de democratização. Este esforço se conjuga com o objetivo de compor uma imagem mais positiva do Estado brasileiro no contexto internacional, como país respeitador e garantidor dos direitos humanos. Adicione-se que a subscrição do Brasil aos tratados internacionais de direitos humanos simboliza ainda o aceite do Brasil para com a ideia contemporânea de globalização dos direitos humanos, bem como para com a ideia da legitimidade das preocupações da comunidade internacional, no tocante à matéria. Por fim, há que se acrescer o elevado grau de universalidade desses instrumentos, que contam com significativa adesão dos demais Estados integrantes da ordem internacional.**Erro! Indicador não definido.**

Torna-se perceptível a ligação entre o processo de democratização no Brasil e seu despertar pela importância de possuir meios eficientes e de acordo com o direito internacional nas questões que envolvem principalmente a dignidade humana.

Não sendo o rol das proteções aos direitos humanos taxativo, cabe mencionar alguns dispositivos constitucionais que versam sobre essa questão. A começar pelo artigo 1º da Carta Magna de 1988, nota-se presente o princípio da dignidade humana: “III - a dignidade da pessoa humana;”⁶⁷ revelando a essência do desejo do poder constituinte. Ao relacionar tal princípio no

⁶⁷ BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

primeiro artigo, a Constituição reforça seus ideais éticos e a força que pretende que tenham no cenário jurídico. **Erro! Indicador não definido.**⁴⁰

Como base do Estado Democrático de Direito então legitimamente consolidado, tem-se sua fundamentação basilar com destaque para a cidadania e a dignidade da pessoa humana, em outras palavras o Estado e os Direitos Fundamentais tornam-se indivisíveis, reafirmando dependência existente um do outro. O Estado precisa de princípios que o fortaleçam e permitam que sua existência seja respeitada e o respeito dado ao Estado faz com que os direitos humanos avencem e sejam respeitados.⁶²

Nesse sentido, o valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador de todo o ordenamento jurídico, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional. Considerando que toda Constituição há de ser compreendida como unidade e como sistema que privilegia determinados valores sociais, pode-se afirmar que a Carta de 1988 elege o valor da dignidade humana como valor essencial, que lhe dá unidade de sentido. Isto é, o valor da dignidade humana informa a ordem constitucional de 1988, imprimindo-lhe uma feição particular.⁶²

Desta forma é possível analisar o reflexo da indivisibilidade dos direitos humanos ampliados pela Constituição de 1988. No artigo 5º, expondo brevemente, é possível encontrar os remédios constitucionais tais quais: mandado de segurança, *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular.

Ressalta Capelari⁶⁸ que:

Consoante norma inserida no art. 5º, § 2º da Carta política, que determina que “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”, resta clara a adoção pelo nosso sistema da cláusula de abertura material dos direitos humanos. Assim, devem ser tidos por fundamentais todos os direitos que materialmente o são, ainda que não elencados no Título II da Constituição, estejam eles inseridos no corpo da Carta política, estejam, quiçá, tão-somente previstos em tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.⁶⁸

⁶⁸ CAPELARI, Bruna. **Os direitos humanos e o reflexo de sua indivisibilidade na utilização das garantias.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53283&seo=1>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Continuando sob a mesma perspectiva:

Vale lembrar nesse momento que em razão de o Brasil ter ratificado os principais documentos internacionais de direitos humanos como, v.g., a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, são fundamentais também para nosso ordenamento os direitos econômicos e culturais embora não tenham sido utilizadas as aludidas nomenclaturas para a denominação de capítulos específicos do Título II da CF.⁶⁸

Essa não exclusão de um direito em detrimento do outro reforça a ideia de indivisibilidade e da necessidade de serem garantidos de forma totalitária, são complementares em prol da manutenção da dignidade humana. A CF/88 ao positivar esses direitos, também divide em seu Título II⁶⁷, como ocorrido de forma semelhante na DUDH, direitos civis e políticos dos direitos da nacionalidade e sociais.

Na hipótese de violação de qualquer um desses fatores é infringido também a indivisibilidade dos direitos humanos. Ainda que as garantias constitucionais detenham valores específicos de atuação, podem ser usadas de forma generalizada na defesa dos direitos humanos pois sua indivisibilidade permite inferir que, mesmo não explícito, ao violar um direito, o outro também está sendo violado e, portanto, precisa ser protegido.

Pode-se concluir, portanto, que a positivação desses direitos na Magna Carta de 1988 proporcionou o alargamento das garantias fundamentais, desta forma há uma imposição que assegure juridicamente esses anseios sociais sem limitá-los por isso. Dito isto, cabe a reflexão acerca das consequências da postura do país diante de seu compromisso com o desenvolvimento dos Direitos Humanos perante o Direito Internacional e seus cidadãos.

Atente-se que a Carta de 1988 situa-se como marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Impõe-se, assim, avaliar se o processo de democratização do País, juridicalizado pela Constituição de 1988, implicou a reinserção do Brasil na arena internacional de proteção dos direitos humanos. Isto é, importa examinar se a Carta de 1988 — ao estabelecer novos princípios a reger as relações do Brasil no contexto internacional e ao conferir tratamento especial e privilegiado aos direitos internacionais — contribuiu para uma

nova inserção do Brasil na sistemática internacional de proteção, e quais as consequências e o impacto dessa reinserção na ordem jurídica brasileira.⁶²

4. O DIÁLOGO ENTRE A FILOSOFIA BUDISTA E O PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

O diálogo que se propõe firmar entre o budismo e a indivisibilidade dos direitos humanos perpassa pelos conceitos primordiais da filosofia budista e dos avanços na área dos direitos humanos conquistados ao longo das décadas. Também é possível tecer pontos históricos e ideais em comum aos dois parâmetros, que contribuem para o desenvolvimento e amadurecimento dos direitos humanos na sociedade.

O direito busca positivar suas matérias sempre que possível para dar legitimidade, uniformidade e garantir que seja possível exigir o cumprimento de suas normas a partir de diferentes meios coercitivos. O budismo busca, além de tudo, dar sentido aos atos praticados, não conta com contraprestações impostas em face do praticante no caso de alguma de suas “leis” serem infringidas, a consequência gira em torno da relação do praticante com o universo.

Há algum tempo é notável a influência da religião no campo político e social vivido pela sociedade, o que vem ocorrendo desde o final do século XX. As transformações puderam ser notadas em países como a Bósnia, Croácia e Polônia, que passaram por processos de transformadores tendo como foco central a religião, de povos ateus à maioria cristã; concentrações violentas na Índia devido ao radicalismo islâmico e através da deflagração evangélica na América e seu crescimento na política, por esses e outros exemplos a religião não pode ser tratada de maneira coadjuvante perante as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea.⁶⁹

Retroagindo a antiga sociedade grega, torna-se perceptível que há tempos há influência da religiosidade na atuação dos indivíduos. Essa comunhão entre religião e as vidas pública e

⁶⁹ KNOBLAUCH, Hubert. **The Sociology of Religion and the De-secularization of Society**. Revista Lusofona de Ciencia das Religioes Revista Semestral Ano VI – 2007 – n. 11 *apud* WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

privada das pessoas ocorreu, por exemplo, quando na primeira, o pai era o responsável pelos atos realizados pelas mulheres e pelos filhos e na vida privada quando a religião era capaz de vincular uns aos outros. Todos os atos eram sujeitos a intervenção dos deuses.⁶⁰

Knoblauch⁶⁹ elucida com base no conceito de Casanova⁷⁰ que há uma espécie de de-privatização onde a religião segue pelo caminho inverso e dispõe de seu espaço no meio privado para voltar a ocupar níveis de debates públicos ganhando legitimidade e espaço aumentando o embate entre as diversas ideologias e os direitos humanos. Bordieu (1992) constatou uma ideia que intitulou de “campo da religião”, a partir da qual defende que a religião seria uma resposta às reivindicações da sociedade também apontada como linguagem empregada como ferramenta na constituição dos fatos científicos.

Não obstante a área jurídica, diversas áreas técnicas, ideológicas, culturais, psicológicas ou mesmo a física quântica disputam a atenção no que Bordieu chama de “manipulação da esfera simbólica do comportamento e do significado.” Neste espaço encontram-se os movimentos ideológicos, sociais e filosóficos que irão defender ou contestar os direitos humanos, da mesma maneira que as religiões do Oriente e do Ocidente.⁷

Do mesmo modo em que é possível afirmar que os direitos humanos sofreram transformações e influências diretas dos acontecimentos históricos ao longo dos anos, a religião, influenciadora de muitos desses acontecimentos, marcou as ideologias que foram constituídas.

Nietzsche⁷¹ ressaltou que Deus era algo irrelevante e tenderia a sumir com o tempo, pregou a morte do ser celestial, e propôs um outro significado à vida, porém não expurgou a religião. Esta manteve-se presente com o significado de religiosidade e penetrou, por exemplo, nos campos políticos e no conceito marxista de luta de classes.

⁷⁰ CASANOVA, J. **Public Religions in the Modern World**. Chicago: I University of Chicago Press, 1994 *apud* WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

⁷¹ NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. Coleção Saraiva de Bolso. Editora Saraiva. São Paulo, 2011 *apud* WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Segundo Habermas, o estado de direito está intimamente ligado à capacidade de seus cidadãos em estarem integrados, quesito fundamental para a manutenção da democracia que não é obtido apenas pela prática de costumes religiosos ao longo do tempo. Para que haja legitimidade e funcionalidade no mundo jurídico internacional, o senso moral da coletividade necessita ser capaz de relacionar-se como uma comunidade.⁷²

A contribuição budista aos direitos humanos não é superficial, portanto, não deve ser analisada de maneira rasa observando-se apenas como reagiu nos últimos tempos. Hocking (1978) busca demonstrar os limites da atuação individual no que o autor chamou de civilização ocidental. Nela, a comunidade não apenas budista, mas confucionista e taoísta presentes no oriente baseiam suas atitudes na lógica de dever e harmonia em prol do “corpo social”. O que permite inferir em outras esferas o quanto o budismo tem a acrescentar no valor dado à dignidade humana e à vida e se os direitos humanos não poderiam ser meramente uma fase evolutiva dos valores humanitários.⁷

Com os adventos já mencionados sobre os direitos humanos e sua evolução social-histórica a partir da Revolução Francesa e das Declarações francesa e estadunidenses que consolidaram os direitos sociais e culminaram na Declaração Universal dos Direitos do Homem ratificando a constante luta a favor da igualdade da liberdade,⁶⁰ é possível a comparação da escola búdica *mahayana* que ansiava por uma visão direcionada ao coletivo e ao bem-estar social com a luta travada pelos direitos humanos.

Comparato³¹ corrobora que é importante a construção da felicidade de todos para que haja o real desenvolvimento humano:

Por outro lado, a idéia de que o princípio do tratamento da pessoa como fim em si mesma implica não só o dever negativo de não prejudicar ninguém, mas também o dever positivo de obrar no sentido de favorecer a felicidade alheia constitui a melhor justificativa do reconhecimento, a par dos direitos e liberdades individuais, também dos direitos humanos à realização de políticas públicas de conteúdo econômico e social, tal como enunciados nos artigos XXII a XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.³¹

⁷² SCHULLER, FLORIAN (org). **Jurgen Habermas & Joseph Ratzinger**. Dialética da Secularização: Sobre Razão e Religião. Ideias e Letras. São Paulo, 2007. *apud* WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Os direitos humanos, por serem indivisíveis, universais e interdependentes não são, em momento algum, dispostos ao ponto de não abarcarem o indivíduo em sua totalidade. Mesmo que para isso seja necessário balancear um direito em prol do outro de modo circunstancial. Sobre esse aspecto, dispõe Woortmann⁷ :

(...) liberdade de expressão, direito civil individual de primeira geração, na maioria dos países tem restrições no que tange a permissibilidade do discurso de ódio, que fere a dignidade humana de minorias, por exemplo. Trata-se aqui de restrições ao exercício do direito individual em prol do amplo usufruto do direito de outrem, no melhor espírito do contrato social de Locke, pelo qual se abre mão de liberdades individuais em prol de um bem maior coletivo. Da mesma forma, os direitos coletivos reivindicados por minorias, como o direito a autodeterminação e autonomia podem ser polêmicos, mas não estão necessariamente em contradição com os direitos individuais previstos em uma série de documentos internacionais. Ao contrário, se pode argumentar que apenas com sua existência há eficácia nos direitos individuais dos sujeitos daquelas comunidades. Exemplos são a não discriminação com base na etnia, o direito a ampla defesa, o direito a privacidade e o direito a propriedade, neste caso, coletiva.⁷

No mesmo sentido, a filosofia budista busca, em todas suas vertentes e diferenças que possam ocorrer entre elas, o despertar do indivíduo em relação às coisas mundanas e a libertação dos sofrimentos de toda a humanidade. Tem em comum ao propósito dos direitos humanos em assegurar, acima de tudo, a dignidade humana.

Ainda que os Estados estejam voluntariamente submetidos às diretrizes da ONU, os direitos humanos permanecem para eles como uma obrigação típica que deve abranger a população em geral. Woortmann⁷ traça uma interessante relação ao mencionar os indivíduos em sofrimento. Segundo o autor, diante de grandes sofrimentos o alívio é buscado perante o Estado, deseja-se que sua obrigação de proteção civil e assistencial seja efetivada sem distinções de qualquer espécie. O mesmo acontece quando há uma pessoa em sofrimento em busca pelo budismo, não há discriminação sobre quando ou quem poderia se beneficiar da prática, isto pode se dar a qualquer tempo. Assim como a ida ao encontro do Estado que, historicamente, não ocorreu sem enormes lutas gerais e singulares, a busca para o budismo deve ocorrer de maneira ativa e com o propósito de iluminação.

No que concerne aos princípios da indivisibilidade e universalidade desses direitos, o budismo explicita que qualquer pessoa é capaz de alcançar o estado de Buda:

O objetivo primordial da prática da fé é conquistarmos a condição de buda em nossa vida. Seja quem for, se abraçar a fé no Gohonzon⁷³ e empenhar-se sinceramente na prática individual e altruística, com toda certeza, a pessoa alcançará o estado de buda nesta existência. Este princípio é conhecido como “atingir o estado de buda nesta existência”.⁷⁴

Com a possibilidade todos em atingirem o estado de buda, a harmonia é o ponto primordial do campo social budista sem a qual a felicidade não prosperará, gerando confusões, desgraças.⁷ Inexistindo a figura celestial, a vida, embora não sacralizada, é valiosa por sua transitoriedade e por ser dotada de consciência – elemento que difere os seres humanos dos outros animais – que confere à raça humana a compreensão das etapas de nascimento, morte e renascimento podendo, assim, alcançar o estado de Buda.

O ser humano é visto na doutrina budista como o responsável por suas ações e pelas causas decorrentes de seus atos, compondo uma relativização das circunstâncias, logo é possível inferir a indivisibilidade entre o meio, suas atitudes e o resultado que se segue bem como sua interdependência e universalidade. Woortmann⁷ exemplifica: “Em uma ilustração, a luz de uma vela não existe por si, mas em função da vela, que só existe em função do pavio, da cera, do fogo do fósforo e de quem a acenderá”.

Comparato⁶⁰, ao versar sobre a pessoa humana e seus direitos, cita:

O primeiro postulado ético de Kant⁷⁵ é o de que o ser racional possui a faculdade de agir segundo a representação de leis ou princípios; só um ser racional tem vontade, que é uma espécie de razão, denominada razão prática. A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigatório para uma vontade, chama-se ordem ou comando (*Gebot*) e se formula por meio de imperativo. (...) Ora, o princípio primeiro de toda a ética é o de que “o ser humano e, de modo geral, todo ser racional, *existe*

⁷³ (jap.) Objeto de devoção do Budismo de Nichiren Daishonin e incorporação da Lei Mística que permeia todos os fenômenos. O Gohonzon tem a forma de um mandala inscrito em papel ou em madeira, com ideogramas que representam a Lei Mística e também os dez mundos, incluindo o estado de buda. O Budismo de Nichiren Daishonin ensina que todas as pessoas possuem a natureza de buda e podem manifestá-la por meio da fé no Gohonzon.

⁷⁴ SEIKYOPPOST. **Estabelecer o Ensino Correto para a Pacificação da Terra e kosen-rufu**. Brasil, BRA. Disponível em: <<http://www.seikyopost.com.br/budismo/estabelecer-o-ensinamento-correto-para-a-pacificacao-da-terra-e-kosen-rufu>>, Acesso em: 30 abr. 2019.

⁷⁵ Cf. a sua obra *Fundamentos para a Metafísica dos Costumes* (*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*), que é uma introdução à Crítica da Razão Prática (*Kritik der praktischen Vernunft*).

como um fim em si mesmo, *não simplesmente como meio* do qual esta ou aquela vontade possa servir-se a seu talante”⁷⁶. E prossegue: “Os entes, cujo ser na verdade não depende de nossa vontade, mas da natureza, quando irracionais, têm unicamente um valor relativo, como meios, denominam-se *coisas*; os entes racionais, ao contrário, denominam-se *pessoas*, pois são marcados, pela sua própria natureza, como fins em si mesmos; ou seja, como algo que não pode servir simplesmente de meio, o que limita, em consequência, nosso livre arbítrio”⁷⁷.

É possível perceber que o direito, para aceitar a ideia de igualdade na raça humana e respeitar suas individualidades, necessita, ao mesmo tempo, de afirmar a capacidade dessa raça de tomar suas próprias decisões baseadas na razão. É ela quem vai garantir, não apenas que cada um possa manter-se em suas necessidades básicas e pessoas, mas a convivência em sociedade e o respeito à moral, apesar do livre arbítrio, não apenas vive no ambiente, mas o usa a seu dispor. Garantindo, mais uma vez a assertiva acerca da indivisibilidade dos direitos humanos. O direito de liberdade ao usufruir do meio não cessa, mas contrapõe o direito de igualdade ao permitir que o semelhante também possa conviver naquele meio.

Posto isso, a aproximação com a doutrina budista pode ser percebida nos seguintes aspectos:

A prova teórica avalia se a doutrina e as afirmações dessa religião estão de acordo com a razão. Conforme consta na passagem “budismo é razão” (*O Herói do Mundo*, WND, v. I, p. 839), o budismo valoriza acima de tudo a razão. Afirmações fora da razão não devem ser aceitas. A prova real avalia o resultado da prática da fé embasada nos ensinamentos dessa religião produzido na vida e no cotidiano da pessoa, como também na sociedade. A religião deve exercer uma forte influência no cotidiano e na vida das pessoas e não ser algo abstrato. Assim, deve-se analisar a superioridade ou a inferioridade, e a superficialidade ou a profundidade de uma religião, observando o quanto a prática da fé das pessoas em seus ensinamentos influencia o seu cotidiano e a sua vida.⁷⁸

Ainda sobre a interdependência dos direitos humanos e o ponto em que isso se assemelha com a doutrina budista, Daisaku Ikeda expõe:

⁷⁶ As palavras grifadas são do texto original

⁷⁷ *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, edição crítica da Feliz Meiner Velarg, de Hamburgo, 1994, p. 51.

⁷⁸ SEIKYOPOST. **Fé e Prática**. Brasil, BRA. Disponível em: <<http://www.seikyopost.com.br/budismo/fe-e-pratica>>, Acesso em: 05 jun. 2019.

Na medida em que a vida estende sua influência à circunvizinhança, o meio ambiente automaticamente muda de acordo com a condição da vida. Então, o meio ambiente que é um reflexo da vida interior dos seus habitantes – sempre adquire as características dos que nele existem. (...)Cada vida é individual e, enquanto se manifesta neste mundo, a particular existência formada simultaneamente configura um meio ambiente com o qual seja compatível. Para ver a verdade disso basta olhar a circunvizinhança de uma pessoa particular, pois – nesse meio – podemos distinguir claramente todas as inclinações e características da sua vida. Se tentarmos imaginar um ser humano sem meio ambiente, estaremos falando de nada, configurando-o misticamente. (IKEDA, 1982)

Posto isso, fica evidente que a forma como nos relacionamos com nós mesmos (vida interior) está intimamente ligada à maneira como nos relacionamos com nossos companheiros (vida na sociedade). E isso está inextricavelmente ligado a como nos relacionamos com o mundo natural. Seres humanos cujo ambiente interno é despojado e desolado caem facilmente presas de uma espécie de egocentrismo que inevitavelmente se manifesta em atos de dominação, exploração e destruição nos mundos social e natural.

Focando inicialmente em nossa vida interior — nosso relacionamento com nós mesmos —, o budismo revela e ilumina a lei de causalidade que governa os processos pelos quais tanto os padrões positivos (criativos) quanto os negativos (destrutivos) são registrados, e as energias potenciais também são armazenadas nas profundezas de nossa vida. Ao mesmo tempo, o budismo objetiva direcionar a luz da sabedoria budista para o exterior e revelar a natureza verdadeira e original de todos os fenômenos gerando possibilidades mais criativas nas sociedades e culturas em geral.⁷⁹

Não apenas sob a ótica budista o resultado de uma sociedade harmoniosa advém da interação do ser humano com o seu ambiente. Comparato³¹ comprova que o desenvolvimento dos Direitos Humanos avançou na medida em que o indivíduo se percebe como responsável pela transformação – negativa ou positiva – do ambiente. A correlação da doutrina budista com a indivisibilidade dos Direitos Humanos acontece justamente neste ponto, quando há a

⁷⁹ IKEDA, Daisaku. **Quando nosso microcosmo está em harmonia dinâmica, sua energia criativa é comunicada ao mundo**. *Brasil Seikyo*, ed. 2.412, 24 mar. 2018, p. A3

comprovação de que não é possível transformar o indivíduo separadamente do ambiente e de seus semelhantes e vice-e-versa. Pontua o autor:

Graças ao pensamento inovador de Lotze, Brentano e Nietzsche, na segunda metade do século XIX, foi possível compreender que o bem e o mal não se encontram confinados nos objetos ou ações exteriores à nossa personalidade, mas resultam sempre de uma avaliação, isto é, da estima ou preferência que os bens da vida têm, na consciência de cada indivíduo. Tal não significa, porém, operar nessa matéria uma revolução de 180°, ou seja, transferir o mundo dos valores, inteiramente, da realidade objetiva para a consciência subjetiva. O que a axiologia revelou foi uma inter-relação sujeito-objeto, no sentido de que cada um de nós aprecia algo, porque o objeto dessa apreciação tem objetivamente um valor. Em contraposição, se o homem não cria valores do nada, não é menos verdade que a avaliação individual dos bens da vida varia enormemente. Ora, isto exige, como condição da convivência humana harmoniosa, o consenso social sobre a força ética de uma tábua hierárquica de valores.³¹

O Presidente da Sokka Gakkai Internacional (SGI), Dr. Daisaku Ikeda, menciona a perspectiva do budismo e sua preocupação com o desenvolvimento dos Direitos Humanos:

O budismo, baseando-se no profundo discernimento da lei eterna do universo, preconiza perfeitas concepções sobre o universo, a vida e o homem, estimulando a evolução da humanidade e a criação de uma sociedade voltada para os direitos humanos. Os budistas agem com o dever e a missão de construir uma sociedade do futuro com base em sua espiritualidade e em atuações sociais sustentadas pela sua filosofia.⁸⁰

No Brasil, a Constituição prevê limites para as liberdades individuais. Em última análise há a positivação de um princípio moral fundamental para a boa convivência: o respeito. Expressamente em seu conteúdo dispõe de normas sobre propriedade, greve, expressão, reunião, entre outros; para que não seja extrapolado as garantias fundamentais e dignidade da outra pessoa.⁸¹

⁸⁰ ATHAYDE, Austregésilo; IKEDA, Daisaku. **Diálogo: Direitos Humanos no século XXI**. Masato Ninomiya, trad. 4ª edição. São Paulo: Brasil Seikyo, 2018.

⁸¹ FEITOSA, Priscila. **Direitos e dignidade humana**. Jornal Brasil Seikyo, São Paulo, 13 de julho de 2019. ed. 2.476 e 2.477.

A liberdade de gozo e exercício dos direitos só fazem sentido quando o indivíduo percebe que ele não existe isolado da comunidade em que vive e que a constituição de uma sociedade juridicamente ordenada e justa só se faz quando conseguimos nos despir do excesso de egoísmo inerente ao ser humano.⁸¹

A noção de coletividade possibilita vislumbrar a esta religião um maior desenvolvimento humano de forma que é chamada também de religião humanística. Os adeptos da filosofia defendem o que foi escrito por Daisaku Ikeda:

(...) quando um país entra em desordem, os primeiros sinais aparecem como desordem nas ideologias que por sua vez provoca confusão na mente e na consciência das pessoas, tornando-se a causa do caos social. Se os indivíduos sucumbem ao egoísmo e buscam apenas satisfazer a ambição pessoal tornando-se oportunistas, a sociedade naturalmente entra em declínio.⁸²

Dimitri Dimoulis⁸³ aponta aspectos do liberalismo, para o qual o Estado não deve intervir de maneira coercitiva. Apesar da referência do autor, pode-se perceber que, ainda assim, há a clara noção de que as vidas humanas são fruto do modo com que se apresentam perante si mesmas e na sociedade:

Por isso que políticas públicas só são eficazes no plano micro, justamente onde a análise da proporcionalidade das intervenções faz mais sentido. Esse ceticismo faz com que o Estado não possa nunca mais, em última instância, exigir o sacrifício de vidas humanas em prol de sua “razão”, como sendo corporificação da ideia moral (Hegel). É nesse sentido de constante vigília em face de investidas totalitaristas que deve ser enfatizado o indivíduo; não como ser antissocial. Mas como uma das acepções mais relevantes da liberdade constitucionalmente garantida, só se aperfeiçoa na interação dos indivíduos.⁸³

Conclui-se que o fator externo contribui para o desenvolvimento da sociedade e consequentemente dos direitos humanos, mas em suma, tratando-se desses direitos humanos é acarretado a esse ser humano sua contribuição necessária para que se possa alcançar tal

⁸² IKEDA, Daisaku. **Nova Revolução Humana**, vol. 4 / Daisaku Ikeda; tradução Oliara de Cassia Fortunato; São Paulo: Brasil Seikyo, 1995.

⁸³ DIMOULIS, Dimitri. **Teoria Geral dos direitos fundamentais** / Dimitri Dimoulis, Leonardo Martins. - 5ª ed. rev., atual., e ampl. - São Paulo: Atlas, 2014.

desenvolvimento. O Estado normatiza e pode eventualmente punir, guerras podem ser deflagradas e causar tragédias imensuráveis mas os termos Estado e guerra, ainda assim, para existirem necessitam do fator “homem” para serem concretizados e é nesse aspecto que doutrinadores, filósofos e religiosos demonstram a importância de desenvolver um propósito abrangente, que tenha como foco principal a felicidade de todos sem quaisquer distinção. O intuito é a própria manutenção do Estado e seu bom funcionamento.

Comparato⁶⁰ destaca a importância do entendimento da indivisibilidade dos direitos humanos, corroborando o que é defendido pela doutrina budista:

A 2ª Guerra Mundial, diferentemente, foi deflagrada com base em proclamados projetos de subjugação de povos considerados inferiores, lembrando os episódios de conquista das Américas a partir dos descobrimentos. Demais, o ato final da tragédia - o lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente - soou como um prenúncio de apocalipse: o homem acabara de adquirir o poder de destruir toda a vida na face da Terra. As consciências se abriram, enfim, para o fato de que a sobrevivência da humanidade exigia a colaboração de todos os povos, na reorganização das relações internacionais com base no respeito incondicional à dignidade humana.⁶⁰

A Declaração Universal dos Direitos Humanos contém, em sua maioria, artigos que defendem o direito à liberdade. Nos demais garante o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, essa proteção de direitos civis e políticos advém justamente do período pós-guerra mencionado acima. O artigo inicial aponta a capacidade do homem em agir com espírito fraternal prevalecendo o uso da razão em suas atitudes.

O budismo de Daishonin revela que o mais elevado estado de vida é também a circunstância em que a pessoa se torna iluminada e tem plena consciência de sua razão, fator inerente a todos os seres humanos, mas não ainda despertado por todos. Tanto a DUDH quanto a filosofia tratada retratam a dignidade absoluta da vida humana sendo esta inviolável e merecedora de respeito absoluto.

Desta forma, corroborando com todo o exposto, Austregésilo de Athayde, participante da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu diálogo com Daisaku Ikeda, líder budista e Presidente da Soka Gakkai Internacional, realça:

Minha maior preocupação enquanto participei dos trabalhos da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pensando nas diversas dificuldades com as quais me defrontava, foi a criação de um liame moral e espiritual entre os diversos povos do mundo, isto é, estabelecer a universalidade do espírito. Os laços econômicos e políticos não bastam e são precários. É preciso buscar, além e mais alto, numa concepção mais larga do destino humano, a trama da humanidade. A razão da paz e da fraternidade está fora dos códigos dos homens.⁸⁰

CONCLUSÃO

O presente trabalho monográfico buscou realizar relacionar o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos e sua aplicabilidade na doutrina budista, apresentando o conceito dos institutos, a natureza jurídica dos direitos humanos e sua disposição e histórico em âmbito internacional. Foram apontados aspectos em comuns entre o princípio oriundo do direito fundamental e os princípios norteadores do budismo e suas contribuições na sociedade.

Os direitos humanos avançaram durante os séculos impulsionados por barbáries históricas cometidas por governos autoritários, na observância das nações que essas atitudes definitivamente não seriam as mais indicadas para o avanço mundial e após ser constatado o quanto negligenciar essas garantias pode resultar em catástrofes e mortes em massa, os países se uniram para pôr um fim nesses episódios consolidando a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

As Nações Unidas, com o propósito de ser o parlamento da humanidade, tentam acompanhar as mudanças sociais e as necessidades que surgem com o tempo e neste ponto, intelectuais e líderes religiosos têm um importante papel proporcionando diálogos sobre o futuro da Organização e dos países.

O Budismo com sua filosofia de paz exercita diariamente em pequenas proporções as medidas almejadas pela ordem internacional fazendo com que seus adeptos trabalhem, de forma alusiva, para os fins esperados pela ONU. Desta forma acontece a criação de valores e a evolução da vida quando há a compreensão da inter-relação dos indivíduos entre e si e com o meio ambiente, garantindo que garantias fundamentais não sejam limitadas a nenhum ser.

A propagação do budismo desmistifica a ideia de separação cultural entre o ocidente e o oriente demonstrando que suas especificidades podem ser respeitadas e devem ser garantidas, uma vez que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes, mas que não impedem a ordem social de buscar um propósito maior que perpassa pela evolução individual e modifica não apenas o ser como o meio em que ele se encontra.

A filosofia budista como qualquer outra não se exaure entre seus adeptos, pode ser compreendida por qualquer membro da sociedade, o propósito maior é a felicidade de toda a

humanidade. Sendo assim, não acredita que haja separação entre o ser humano e seu ambiente físico, social e político.

O presente trabalho demonstrou que não se trata de mera crença religiosa a afirmação de que o aspecto atual da sociedade é reflexo da condição de vida e dos valores que as pessoas cultivam dentro de si. É possível demonstrar através de fatos históricos e sociológicos a influência da mentalidade social na contribuição e determinação da realidade em que se vive. Para o budismo de Nichiren Daishonin o importante é corrigir os pontos que levam à infelicidade pessoal e acabam por arruinar a sociedade. “Uma sociedade pacífica a partir de cada um, garantindo também um futuro de paz para as futuras gerações. Esta é um ensinamento eterno.”⁸⁴

⁸⁴ ESTABELECE o ensinamento correto para a pacificação na Terra. Jornal Brasil Seikyo, São Paulo, 13 de julho de 2019. ed. 2.476 e 2.477.

REFERÊNCIAS

- _____. Associação Brasil SGI. 2008. Atualizado em jul. 2008. Disponível em <<https://www.bsgi.org.br/sgi.htm/>> . Acesso em 23/6/2019.
- _____. **Coletânea dos Escritos de Nichiren Daishonin** – v. 1. São Paulo: Brasil Seikyo, 2014.
- _____. **Coletânea dos Escritos de Nichiren Daishonin** – v. 2. São Paulo: Brasil Seikyo, 2017.
- _____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php.>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- _____. **O Que é Budismo.** Brasil. Disponível em: <<http://www.cebb.org.br/o-que-e-o-budismo/>>, Acesso em: 04 jun 2019.
- _____. **Os Fundamentos do Budismo Nichiren para a Nova Era do Kosen-rufu mundial.** - v.2 São Paulo: Brasil Seikyo, 2017.
- _____. **Os Fundamentos do Budismo Nichiren para a Nova Era do Kosen-rufu mundial.** - v.1 São Paulo: Brasil Seikyo, 2016.
- _____. Revista de Filosofia, Amargosa BA, v.16, n.2, p.132-147, dezembro, 2017.
- _____. **Asoka, um imperador a favor da paz da liberdade.** Brasil, BRA. Disponível em: <<https://pgl.gal/asoka-um-imperador-favor-da-paz-da-liberdade/>>, Acesso em: 04 jun. 2019.
- _____. **Fé e Prática.** Brasil, BRA. Disponível em: <<http://www.seikyopost.com.br/budismo/fe-e-pratica>>, Acesso em: 05 jun. 2019.
- _____. **Glossário.** Brasil, BRA. Disponível em: <<http://www.seikyopost.com.br/budismo/glossario>>, Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Interdependência da pessoa e seu meio.** Brasil, BRA. Disponível em: <http://www.bsgi.org.br/quemsomos/interdependencia_da_pessoa_e_seu_meio/>, Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Vida e meio ambiente: uma perspectiva budista.** Brasil, BRA. Disponível em: <http://www.culturadepaz.org.br/media/escritos/vida_e_meio_ambiente_uma_perspectiva_budista.pdf>, Acesso em: 15 jun. 2019.

AMBEDKAR, Bhimrao Ramji. **The Buddha and his Dhamma.** Terceira edição. Siddhart Publications. Delhi, Índia, 1984

ARAÚJO, Giselle Marques de. **Os Direitos Humanos sob a ótica das diferentes tradições religiosas.** Universidade Católica de Petrópolis. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/33790>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ARVON, Henri, **Le Bouddhisme.** PUF. coll. Que sais-je ? – Quadrige/Grands Textes, Paris, 1951.

ATHAYDE, Austregésilo; IKEDA, Daisaku. **Diálogo: direitos humanos no século XXI.** Masato Ninomiya, trad. 4ª edição. São Paulo: Brasil Seikyo, 2018.

AVELINE, Ricardo Strauch. **As transformações históricas do Budismo e suas implicações ético-sociais.** 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. **Fundamentação Alternativa Dos Princípios De Direitos Humanos, Da Constituição E Dos Tratados Internacionais.** Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 237-250, julho/dezembro de 2012.

BAYLEY, Peter. **The creation of the Universal Declaration of Human Rights.** Disponível em: <http://www.universalrights.net/main/creation.htm>>. Site: Humans Rights Network. History. Creation of the Declaration. Acesso em: 18 jun 2019.

BITTES JÚNIOR, Arthur. **Cuidar sob a perspectiva do budismo de Nitiren Daishonin e da ciência do ser humano unitário: uma história de revolução humana** (O). 2003. 182 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem, São Paulo, 2003.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas. Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Editora Perspectiva. São Paulo, 2001.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAMINHO-DO-MEIO. Brasil Seikyo, ed. 2.376, 17 jun. 2017, p. A3

CAPELARI, Bruna. **Os direitos humanos e o reflexo de sua indivisibilidade na utilização das garantias**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53283>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CAPELARI, Bruna. **Os direitos humanos e o reflexo de sua indivisibilidade na utilização das garantias**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53283&seo=1>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARVALHO, Sérgio de Souza. **Os Mestres da Terra**. Hemus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. 3^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7^a edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. **Teoria Geral dos direitos fundamentais** / Dimitri Dimoulis, Leonardo Martins. - 5^a ed. rev., atual., e ampl. - São Paulo: Atlas, 2014.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões**. Biblioteca do Pensamento Moderno. Martins Fontes. São Paulo, 2013.

ESTABELECE o ensinamento correto para a pacificação na Terra. *Jornal Brasil Seikyo*, São Paulo, 13 de julho de 2019. ed. 2.476 e 2.477.

FEITOSA, Priscila. **Direitos e dignidade humana**. *Jornal Brasil Seikyo*, São Paulo, 13 de julho de 2019. ed. 2.476 e 2.477.

GOUVEIA, Ana Paula Martins. **Introdução à filosofia Budista**. São Paulo: Paulus, 2016.

GUERREIRO, R. ONU: um balanço possível. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 129-137, 1 dez. 1995.

Hocking, W. “**O Valor do estudo comparado da Filosofia**”. In Moore, C. (org.) *Filosofia: Oriente, Ocidente*. São Paulo: USP-Cultrix, 1978.

IKEDA, Daisaku. **Diretrizes para os líderes que lutam na linha de frente do kosen-rufu** – 1ª Edição. São Paulo: Brasil Seikyo, 2018.

IKEDA, Daisaku. **Nova Revolução Humana**, vol. 4 / Daisaku Ikeda; tradução Oliara de Cassia Fortunato; São Paulo: Brasil Seikyo, 1995.

IKEDA, Daisaku. **Proposta de Paz 2010: Novos Valores para uma Nova Era**. Trad. Elisabeth Miyashiro. São Paulo: Brasil Seikyo, 2010.

IKEDA, Daisaku. **Vida - um Enigma, uma Jóia Preciosa**. Brasil. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livrariaaroeira/daisaku-ikeda-vida-um-enigma-uma-joa-preciosa-1724825972>> Acesso em: 17 jun. 2019.

LAFER, C. A ONU e os direitos humanos. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 169-185, 1 dez. 1995.

NAÇÕES UNIDAS. **O que são os direitos humanos?**. Brasil, BRA. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>, Acesso em: 20 jun. 2019.

NUNES, A. F. *et al.* **BSGI: por uma sociedade de paz/ Associação Brasil Soka Gakkai Internacional**; organização Alesse de Freitas Nunes, Juliana Ballesterio Sales Vieira, Dileusa da Silva. 5ª edição. São Paulo: Brasil Seikyo, 2017.

ONU. **Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/>> . Acesso em 18/6/2019.

PASOLD, C. L. ; GONÇALVES, S. K. . **A importância de fatos histórico-sociais para o reconhecimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 38-48, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos**. In: temas de Direitos Humanos. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), p. 31-56, v. 9, n. 2, jul./dez. 2014. Montes Claros, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

REALE, M. 2004. **Lições preliminares de Direito**. 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 426 p.

SARDENBERG, R. O Brasil e as Nações Unidas . **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 119-128, 1 dez. 1995.

SEIKYOPOST. **Estabelecer o Ensino Correto para a Pacificação da Terra e kosen-rufu**. Brasil, BRA. Disponível em: <<http://www.seikyopost.com.br/budismo/estabelecer-o-ensinamento-correto-para-a-pacificacao-da-terra-e-kosen-rufu>>, Acesso em: 30 abr. 2019.

SEVERINO, Roque Enrique. **Manual de Budismo**. 2ª Edição. São Paulo: E-book, 2011.

SGI, Associação Brasil. **Os Escritos de Nitiren Daishonin** - Vol. 1. São Paulo. Brasil Seikyo, 2014.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A evolução dos direitos fundamentais**. *Revista Latino-americana de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, n. 6, p. 541-558, jul./dez. 2005.

SMITH, F. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SMITH, Huston; NOVAK, Philip. **Budismo: uma introdução concisa**. São Paulo: Cultrix, TRINDADE, José Damião de Lima . **Anotações Sobre a História Social dos Direitos Humanos**. Brasil, Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/damiaio_hist_social_dh.pdf>, Acesso em: 18 jun. 2019.

WOORTMANN, Marcos Fensterseifer. **Por uma construção intercultural de direitos humanos: fundamentos budistas, suas correlações e convergências para um diálogo cosmopolita global**. 2014. vii, 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.